

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CAMPUS DE GRAJAÚ-MA  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-GEOGRAFIA

**VENICE ANDRADE DA LUZ**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITÓRIO SEGREGADO: as contradições no bairro  
Extrema no município de Grajaú, Maranhão**

Grajaú-MA  
2017

**VENICE ANDRADE DA LUZ**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITÓRIO SEGREGADO: as contradições no bairro  
Extrema no município de Grajaú, Maranhão**

Monografia apresentada no curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão – Campus de Grajaú, como requisito para a obtenção do grau em Licenciatura em Ciências humanas com habilitação em Geografia.

Orientador: Prof. Ms. Luiz Eduardo Neves dos Santos

Grajaú-MA  
2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Andrade da Luz, Venice.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITÓRIO SEGREGADO: As  
contradições no bairro Extrema no município de Grajaú, Maranhão /  
Venice Andrade da Luz. - 2017.

77 p.

Orientador (a): Luiz Eduardo Neves dos Santos.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -  
Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú-MA, 2017.

1. Bairro Extrema. 2. Produção do espaço. 3. Segregação  
socioespacial. 4. Território. I. Neves dos Santos, Luiz Eduardo. II. Título.

**VENICE ANDRADE DA LUZ**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITÓRIO SEGREGADO: as contradições no bairro  
Extrema no município de Grajaú, Maranhão**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão – Campus de Grajaú, como requisito para a obtenção do grau em Licenciada em Ciências humanas com habilitação em Geografia.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Ms. Luiz Eduardo Neves dos Santos (Orientador)**

Universidade Federal do Maranhão/Campus Pinheiro

---

**Prof.<sup>ª</sup>. Ms. Cilícia Dias dos Santos Belfort Brito (Examinadora 1)**

Instituto Federal do Maranhão/Campus Grajaú

---

**Prof. Esp. Manoel Ferreira Silva (Examinador 2)**

Universidade Federal do Maranhão/Campus Grajaú

A Deus,

Aos meus pais, Ana Alzira e João,

Aos meus irmãos, Taice e Jailson,

Ao meu namorado Jarbas Oliveira

## AGRADECIMENTOS

A Deus meu porto seguro em todos os momentos da minha vida;

Aos meus pais, fonte de inspiração e admiração Ana Alzira Andrade e João Alves, pelo amor, educação, dedicação, e apoio durante toda minha jornada;

À minha irmã Taice, e ao meu irmão Jailson, pelo carinho e companheirismo, em todos os momentos que passamos juntos;

A minhas avós Raimunda de Andrade, e Maria Joana Alves pelo carinho, incentivo e orações;

A minhas queridas companheiras de estudo e amigas Alicilene Nascimento, Ana Keri Oliveira, Jasmine Marlena Nascimento, Silmara Macedo e Maria das Dores Paz , pela amizade construída, e pelos momentos agradáveis e difíceis que passamos juntas ;

Ao meu namorado Jarbas Oliveira pelo amor, incentivo e apoio concedido;

Ao meu Orientador, Prof. Ms. Luiz Eduardo Neves dos Santos, pela paciência, orientação e incentivo para a realização da pesquisa;

Aos professores Cilícia Dias e Manoel Ferreira, pelo aceite em participar da banca;

A todos os meus tios, tias, primos, e primas e a todos os meus familiares e amigos pela torcida e afeto;

À Prof. Ms. Rosimary Rocha e a Prof. Ms Mônica Ribeiro, pela força e apoio;

Aos meus amigos Ivo Miranda, Manoel Paz e Antônio Paz pelos bons momentos juntos e por todo o apoio e carinho;

À Leonete Barros, Júnior, Ivana Sales, Ednaldo e ao Sr João Paz, pelo acolhimento e apoio nas horas difíceis;

A todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

Os meus sinceros agradecimentos a todos e todas.

Muito obrigada!!

*“O urbano como forma e realidade não tem nada de harmonioso. Ele reúne também os conflitos. Sem excluir os de classe. Mas que isso: ele só se concebe em oposição a segregação que tenta colocar fim aos conflitos separando os elementos no terreno. Para evitar as contradições, para chegar à pretendida harmonia um certo urbanismo, prefere a desagregação do laço social. O urbano se oferece ao contrário como lugar dos afrontamentos e confrontações, unidade das contribuições”.*

Henri Lefebvre

## RESUMO

Procura-se analisar criticamente o processo de produção do espaço no bairro Extrema em Grajaú e suas contradições, articuladas a partir de estratégias capitalistas de valorização do solo urbano em territórios específicos, evidenciados pela existência antagônica de grupos sociais distintos. Para isso faz-se uma breve discursão das categorias “produção do espaço e território segregado” e os conceitos de “bairro”; e identificar os agentes que contribuem para a produção do espaço em Grajaú no bairro Extrema, assim como interpretar, de forma crítica, as consequências oriundas da atuação dos agentes urbanos na produção do espaço no bairro Extrema em Grajaú. Para tanto utiliza-se de referências bibliográficas que discorrem sobre o tema, de entrevistas com moradores do bairro e produção fotográfica.

**Palavras-chave:** Produção do espaço. Território. Capital. Bairro Extrema. Segregação socioespacial.



## **ABSTRACT**

It seeks to critically analyze the process of production of space in the Extrema neighborhood in Grajaú and its contradictions, articulated from capitalist strategies of valorization of urban soil in specific territories, evidenced by the antagonistic existence of distinct social groups. For this, a brief discourse of the categories "production of space and segregated territory" and the concepts of "neighborhood" are made; And to identify the agents that contribute to the production of the space in Grajaú in the Extrema neighborhood, as well as to critically interpret the consequences of the performance of the urban agents in the production of the space in the Extrema neighborhood in Grajaú. It uses bibliographical references that talk about the subject, interviews with neighborhood residents and photographic production.

**Keywords:** Production space. Territory. Capital. Neighborhood Extrema. Socio-spatial segregation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Mapa 1: Localização do município de Grajaú.....  | 30 |
| Mapa 2: Parte do município de Grajaú com sua área urbana e em destaque o rio e o bairro Extrema.....                     | 38 |
| Foto 1 – . Primeira Rua do Bairro Extrema, Rua Da Extrema, Atual Capitão Joaquim Ferraz, Extrema velha.....              | 39 |
| Foto 2 – Merceria Budega do Macho Vêi, situada na Rua Capitão Joaquim Ferraz, Antiga Rua da Extrema, Bairro Extrema..... | 39 |
| Foto 3 – Posto de combustível Canoeiro, situado na Avenida Amaral raposa, Bairro Extrema.....                            | 41 |
| Foto 4 – Panificadora e mercaria sabor da terra localizada na rua José Dativa Lacerda, Bairro Extrema. Fonte.....        | 42 |
| Foro 5 – Posto de combustível Canoeiro, situado na Avenida Amaral raposa, Bairro Extrema.....                            | 43 |
| Foto 6 – Entrada do Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema.....   | 45 |
| Foto 7 – Casas situadas no Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema.....                             | 47 |
| Foto 8 – Casa situada na Rua São Francisco de Assis (nova Extrema), no Bairro Extrema.....                               | 52 |
| Foto 9 – Casas situadas ao Final da rua Capitão Joaquim Feraz, Bairro Extrema.....                                       | 53 |
| Foto 10 – Rua São Francisco de Assis , Bairro Extrema.....   | 53 |
| Foto 11 – Poça de esgoto ao lado do Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema.....                               | 54 |
| Foto 12 – Rua do Conjunto habitacional Frei Alberto Beretta, Bairro Extrema.....   | 55 |
| Fota 13 – Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta, Bairro Extrema.....  | 57 |
| Foto 14 – Casas reformadas situadas no Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta, Extrema.....                          | 57 |
| Foto 15 – frente da ala II do Condomínio Rosa dos Ventos, no Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema.....      | 58 |

|   |    |
|---|----|
| Foto 16 – Jardins na entrada do Condomínio Rosa dos Ventos, no Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema.....       | 58 |
| Foto 17 – Interior do Condomínio Rosa dos Ventos, no Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema.....                 | 59 |
| Foto 18 – Entrada da área de lazer do Condomínio Rosa dos Ventos, no Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema..... | 59 |
| Foto 19 – Parte da área de lazer do Condomínio Rosa dos Ventos, no Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema.....   | 60 |
| Foto 20 – Casa de alto padrão, situada no Loteamento Frei Alberto Beretta, Bairro Extrema.....                              | 61 |
| Foto 21 – Casa de alto padrão, Loteamento Frei Alberto Beretta, Bairro Extrema .....  | 61 |
| Foto 22 – Casas padronizadas situadas no Loteamento Frei Alberto Beretta, Bairro Extrema .....                              | 62 |
| Foto 23 – Apartamento de luxo. Loteamento Frei Alberto Beretta, Bairro Extrema .....  | 62 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>2 METODOLOGIA.....</b>   | <b>13</b> |
| <b>3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TERRITÓRIO E SEGREGAÇÃO.....</b>         | <b>15</b> |
| <b>3.1 Espaço e produção do espaço.....</b>                       | <b>15</b> |
| <b>3.2 Uma discussão sobre o Território.....</b>                  | <b>17</b> |
| <b>3.3 Espaço urbano e território segregado .....</b>             | <b>24</b> |
| <b>4 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE GRAJAÚ.....</b>                 | <b>30</b> |
| <b>5 O BAIRRO EXTREMA EM GRAJAÚ: UM ESPAÇO CONTRADITÓRIO.....</b> | <b>36</b> |
| <b>5.1 Conceito de bairro.....</b>                                | <b>36</b> |
| <b>5.2 A velha e a nova Extrema.....</b>                          | <b>38</b> |
| <b>5.3 Breve discussão sobre renda fundiária urbana.....</b>      | <b>48</b> |
| <b>5.4 Segregação socioespacial no Bairro Extrema.....</b>        | <b>51</b> |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                | <b>64</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>67</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>   | <b>69</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade, enquanto fruto da construção humana, configura-se como lugar da reprodução de todos os grupos sociais, deriva de interesses e estratégias de agentes responsáveis pela produção do espaço e principalmente pela apropriação e valorização de terrenos que garantem a geração de renda.

Assim, a própria urbanização expressa-se de forma contraditória, por ser dominada pelas relações sociais de uma sociedade desigual, que produz e reproduz no espaço e no território disparidades alarmantes de renda, a exclusão dos grupos desfavorecidos, a exploração econômica, a segregação socioespacial e a espoliação da classe baixa da cidade que enfrentam as mazelas e as dificuldades cotidianas de viver às margens da sociedade, sem direito às políticas públicas de moradia com qualidade, lazer e a todos os serviços públicos, consequência do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Nesse contexto, a segregação socioespacial expressa-se no território e no espaço de todas as cidades brasileiras incluindo as grandes, médias e pequenas, com diferentes graus e intensidades, as quais podem apresentar situações problemáticas parecidas, por ser um produto do modo de organização da sociedade capitalista, que tende a separar e afastar pessoas e espaços de acordo com a renda financeira de cada grupo, tornando a cidade fragmentada e repartida entre ricos e pobres.

Para o IBGE as cidades pequenas são aglomerado entre 500 e 100.000 habitantes, o que engloba Grajaú enquanto tal, já que no último censo realizado em 2010 apresenta uma população de 62.0993 habitantes, e para 2016 teve sua população estimada em 67.626 habitantes (IBGE 2010). Nesse sentido, o estudo sobre a produção do espaço em Grajaú se faz necessário na medida que busca analisá-lo não levando em consideração a quantidade populacional ou o tamanho territorial em si, mas principalmente levando em consideração suas especificidades e organização em meio aos contrastes que podem ser percebidos de forma mais detalhada através da relação entre a morfologia urbana e os grupos sociais.

Desta forma, a segregação socioespacial é concretizada no espaço urbano cotidianamente, apresenta-se como instrumento responsável por transformações morfológicas e funcionais da paisagem urbana em Grajaú, pela produção de espaços desiguais provocando a valorização de áreas específicas do bairro Externa em expansão a partir de investimentos aplicados por parte do poder público e privado, destinados às classes média e alta de Grajaú que tendem a se separar, no espaço, dos grupos com baixo poder aquisitivo.

Para tanto, a pesquisa trata das principais transformações que o Bairro Extrema vem apresentando em decorrência da sua expansão urbana para além do perímetro urbano com a implantação do Loteamento, e do Conjunto habitacional Frei Alberto Beretta e do condomínio Rosa dos Ventos, que com a chegada da Caixa Econômica Federal em Grajaú tem intensificado investimentos imobiliários pela oferta de crédito à população.

O principal objetivo da pesquisa é analisar o processo de produção do espaço no Bairro Extrema articulado a partir de estratégias capitalistas de valorização do solo urbano em territórios específicos evidenciados pelas condições e contradições expresas por grupos distintos.

Desta forma, o trabalho divide-se em três partes, a primeira refere-se a problematização de alguns conceitos e categorias da Geografia tais como, “espaço”, “produção do espaço”, “território” e “segregação socioespacial”. A segunda parte se refere a um breve resumo histórico da ocupação humana em Grajaú, enfatizando o processo de sua expansão urbana.

Na terceira e última parte é abordada as contradições do espaço urbano no Bairro Extrema, com destaque aos agentes responsáveis pela produção do espaço e pela intensificação da segregação socioespacial, resultante da acumulação de renda nas mãos de grupos dominantes que produzem, consomem e controlam espaços e territórios de acordo com seus desejos e interesses.

## 2. METODOLOGIA

A proposta metodológica de investigação para essa pesquisa se dá a partir do método qualitativo que nos proporciona maior ênfase com a realidade do objeto de estudo. Para Richardson (1999, p. 79) “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção de investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Nesse sentido, ao nos basear em aspectos qualitativos acreditamos que podemos de forma crítica e reflexiva analisar e descrever a realidade social do objeto de estudo a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos e o espaço em que vive.

O estudo realizou-se no bairro Extrema, município de Grajaú, Estado do Maranhão a partir de uma pesquisa histórica e socioespacial deste território e de seus moradores, com o propósito de entender o seu processo de desenvolvimento e desvelar os principais agentes responsáveis pela sua produção e transformação.

Para isso foi indispensável a leitura de bibliografias relacionadas ao tema proposto, como Ana Fani Carlos, Roberto Lobato Corrêa, Milton Santos, Marcos Aurelio Saquet, Claude Raffestin, Marcelo Lopes de Souza, Henri Lefebvre, entre outros, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da pesquisa assim como artigos, monografias e teses vinculadas ao tema em questão.

Assim, foi realizada pesquisa de campo, com entrevistas e conversas informais com alguns moradores do bairro, entre eles pessoas idosas, adultas e jovens com objetivo de obter maior informação e conhecimento acerca do objeto de estudo. Algumas dos relatos foram gravados por celular, e outros escritos no roteiro das entrevistas. Foram realizadas 4 (quatro) entrevistas para entender como foi se deu o processo de ocupação do bairro Extrema. No entanto, a maioria dos entrevistados não quiseram revelar seus nomes, o que nos levou a criar nomes fictícios, o que não compromete a pesquisa, já que o que realmente nos preocupa são os relatos revelados por cada morador, visto como instrumentos importantes e necessários para a fundamentação de uma pesquisa qualitativa.

Nesse sentido, as entrevistas se deram a partir de diálogo aberto, fazendo com que os entrevistados ficassem a vontade para falar do início da ocupação do bairro, suas dificuldades e desafios, as experiências, a convivência entre os moradores e com o espaço onde vivem e as principais transformações ocorridas no bairro. Houve ainda a produção

fotográfica sobre o Bairro Extrema, com o objetivo de representarmos algumas áreas para que possamos entender melhor a real situação em que o bairro e seus moradores estão inseridos.

Foi realizado ainda a produção de um mapa para representar a localização e ocupação do Bairro Extrema bem como a análise detalhada do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo de Grajaú que contribui para a produção do espaço no Bairro Extrema assim como em muitos territórios da cidade, visando entender as estratégias políticas e econômicas que envolve o desenvolvimento de cada bairro da cidade, já que a divide em zonas, as quais cada uma é normatizada de acordo com regras municipais. E ainda pesquisas na biblioteca da Universidade Federal do Maranhão.



### 3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TERRITÓRIO E SEGREGAÇÃO

#### 3.1 Espaço e produção do espaço

Pode-se entender o espaço como um produto histórico e social, produzido a partir das relações estabelecidas entre os homens e a natureza. No entanto, não devemos apontá-lo apenas como um simples palco ou reflexo das nossas ações e relações. É necessário admitir a complexidade do conceito de espaço, tendo como preocupação atentar para sua totalidade sem cair em armadilhas, até porque nunca conseguiremos formular uma definição acabada de espaço ou qualquer outra categoria derivada dele, pois nada é absoluto ou estático, o conhecimento é um processo construído e transformado no tempo histórico.

Nesse sentido, é pertinente destacar que o espaço é antes de tudo construído pelas relações humanas, e não deve ser concebido apenas segundo sua concretude como se fosse um instrumento ou uma soma de objetos produzidos no decorrer da existência humana, devemos analisá-lo também segundo sua abstração ou imaterialidade já que é produzido historicamente de acordo com as necessidades, desejos e técnicas de indivíduos, grupos, instituições e empresas<sup>1</sup> distintas com interesses, valores, e ideologias diferentes. De acordo com Lefebvre:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de toda o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. (LEFEBVRE, 1976, *apud* CORRÊA 2001, p. 25-26).

Assim, o espaço é entendido como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, deixa de ser visto apenas como palco das realizações humanas e passa a ser analisado como o lugar das relações sociais de produções, produto construído pelas ações dos atores sociais. Godoy (2008) explica que, para Lefebvre, o termo “produção” recebe uma dupla acepção, uma *strictu sensu*, relacionada a produção de bens e mercadorias, ou seja, a materialidade, e outra *latu sensu*, que implica a ideia de que também se produz ideologias, cultura, conhecimentos, relações sociais, entre outros. Segundo Lefebvre:

---

<sup>1</sup> De acordo com Santos os elementos do espaço são “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas” ( SANTOS, 1992, p. 6). Cada elemento tem uma função e todos se relacionam e fazem parte da produção do espaço, sendo de certa forma intercambiáveis e redutíveis uns aos outros, que aumentam com o desenvolvimento histórico.

A dupla acepção do termo decorre de que os homens em sociedade produzem ora coisas (produtos) ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo. A produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos. (LEFEBVRE, 1973 *apud*, GODOY, 2008, p. 126).

Assim o homem só se realiza no espaço, e o espaço só ganha sentido com a presença humana que o anima, já que é um produto construído por suas próprias ações. Para Santos a ação “é o próprio do homem. Só o homem tem a ação porque só ele tem objetivo e finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem a indivíduos, inclui também, as empresas e instituições” (SANTOS, 2014, p. 82).

Nesse sentido, homens, empresas e instituições produzem e reproduzem o espaço, a partir de suas ações que se desenvolvem ao longo do tempo, com objetivos e finalidades fixas, fazendo uso das técnicas<sup>2</sup> como ferramentas essenciais para a produção e reprodução cada vez mais artificial do espaço. De acordo com Lefebvre:

A ‘produção envolve não somente o sentido econômico do termo, mas o “sentido da filosofia inteira: produção de coisas (produtos) e de obras, de ideias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades” [...] “quem diz ‘produção’ diz também ‘reprodução’ ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida. (LEFEBVRE, 2001, *apud*, GODOY, 2008, p. 126).

Com as contribuições de Lefebvre é possível apontar, como já foi falado, que não devemos dar importância apenas aos aspectos físicos do espaço, mas também a sua imaterialidade, as questões sociais, as ideologias, as diferentes culturas e símbolos que fazem parte da construção do espaço, a arte, a ciência, o conhecimento e os diversos valores que cada sociedade apresenta entre outros fatores que contribuem para a produção e reprodução do espaço, que se dá tanto de forma física como social. É importante lembrarmos que cada pessoa faz parte da produção do espaço, independente da sua condição social todas o animam e fazem com que o espaço exista mesmo fazendo parte de uma inclusão precária.

Nesse sentido, Milton Santos aponta que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como o quadro único na qual a história se dá”. (SANTOS, 2014, p. 63). Com isso, pode-se inferir que a produção do espaço não se dá de

---

<sup>2</sup> Para Milton Santos “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. (SANTOS, 2014, p. 29).

forma isolada, é um processo contínuo e complexo que envolve pessoas e tempos diferentes, que se diversificam e se desenvolvem dando origem a novos sistemas de objetos e sistemas de ações. Para Santos esses dois sistemas são inseparáveis.

Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações se interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e de outro, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2014, p. 63).

São interagíveis pois as ações que criam os objetos, e a partir dos objetos, novas ações são criadas, produzindo e reproduzindo espaços com o uso de arranjos de técnicas que possibilitam ao homem construir um mundo cada vez mais artificial, atendendo necessidades do sistema capitalista. Santos afirma que:

[...] todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ações. (SANTOS, 2014, p. 96).

Nesse sentido, não há como não relacionar espaço e tempo, tudo é produzido em um determinado lugar e em um tempo específico, tudo que temos até hoje produzido, seja material ou imaterial, se desenvolveu e se desenvolve no processo histórico da humanidade. Por isso “a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade”. (SANTOS, 1992, p. 49).

No entanto, a concepção de produção do espaço que adota-se aqui é a de que é produto do trabalho humano, uma mercadoria controlada e dominada por agentes (as instituições, bancos, empresas, imobiliárias, indivíduos entre outros) que visam a acumulação de capital a partir de estratégias que beneficiam seus próprios interesses, causadores das desigualdades socioespaciais, responsáveis por fragmentar, segregar e excluir as populações.

### **3.2 Uma discussão sobre o Território**

É preciso apontar que assim como o conceito de espaço é complexo e importante para a nossa discussão, o conceito de território também é relevante e necessário para

entendermos a sociedade em que vivemos. Espaço e território são conceitos complexos que não podem ser analisados separadamente, pois não há território fora do espaço, e vice-versa, ambos se relacionam e se complementam e por isso a relevância de o tratarmos a partir do espaço considerado como a gênese de todas as realizações humanas.

Nessa perspectiva, não se deve centralizar determinado conceito como o mais importante, ou merecedor de abrangentes discussões como se todos os conceitos e categorias da ciência geográfica ou de todas as outras não tivessem a mesma importância para nossos debates. Deve-se lembrar que não se constrói territórios fora do espaço, e continuar centralizando conceitos, como muitos pesquisadores centralizam o de espaço, ou de território como vem acontecendo, é uma armadilha que nos prende de enxergar a aplicabilidade desses conceitos em nosso dia a dia enquanto agentes do espaço e de múltiplos territórios.

Precisamos superar concepções que naturalizam e generalizam o território apenas como uma área de abrigo e segurança, rica em recursos naturais, sem valorizar a presença dos distintos sujeitos sociais e suas relações, responsáveis pela construção dos múltiplos territórios.

Nesse propósito, Saquet enfatiza que “Friedrich Ratzel, preocupado com a expansão do Estado alemão, efetua uma abordagem geopolítica, entendendo o território como área de recursos naturais (solo, água, clima..)” (SAQUET, 2010, p. 30). O território, nesse sentido é entendido como uma área delimitada, rica em recursos naturais (minérios, aquíferos, biomas, etc.) essenciais para atenderem as necessidades humanas. Para Ratzel, “a sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado” (RATZEL, 1990, *apud*, SAQUET, 2010, p. 30).

A partir dessa concepção a posse do território é importante e sua expansão é significativa, já que é exatamente no território que o homem encontra todos os recursos naturais os quais o uso da força, permite ao homem não apenas expandir as fronteiras de um território mas também ter domínio e poder sobre o espaço conquistado juntamente com todas as matérias-primas que lhe pertencem.

O território para Ratzel é estratégico e garante ao homem evoluir significativamente em todos os níveis, tanto no social, econômico ou cultural, é um espaço essencialmente necessário para todas as sociedades. O território, nesse sentido, significa “apropriação e dominação [...], uma parcela do espaço, delimitada, com ou sem a presença do homem: com ou sem modificações provocadas pelos povos, com ou sem a presença e

domínio do Estado” (RATZEL 1990 *apud*, SAQUET, 2010, p. 31-32). No entanto, Saquet (2010, p. 24) nos aponta que:

É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e aprender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i)material, isto é, as interações *no* e *com* o lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento.

Assim quando falamos do território não devemos apontá-lo apenas como um trampolim para as realizações humanas a partir das matérias-primas disponíveis, como se só a materialidade do espaço importasse para a efetivação do território. Devemos entender que o espaço é territorializado a partir das múltiplas relações sociais que estabelecemos no tempo e no espaço e que não basta vê-lo como uma área delimitada juridicamente, mas como um lugar de relações sociais e poder que se configuram em diferentes territorialidades<sup>3</sup> ao longo do tempo, desenvolvidas por diferentes sociedades de acordo com suas especificidades.

Saquet (2010, p. 24) nos afirma que “é preciso ter sutileza e habilidade, pois cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consônancia com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas”. Assim cada sociedade produz, reproduz, define e redefine seus territórios de acordo com suas estratégias e interesses, tanto individuais quanto coletivos estabelecidos pelas múltiplas relações de poder, conflitos, consequentes das diversas formas de usos do território. Saquet (2010, p. 24) nos explica que “ território significa natureza e sociedade; economia, política, e cultura; *ideia e matéria*; identidade e representações; apropriação, dominação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade”

Assim o território deve ser pensado e repensado de acordo com sua complexidade, sem esquecermos que são os sujeitos sociais que organizam e territorializam o espaço segundo os seus desejos e necessidades de acordo com o desenvolvimento histórico de cada sociedade. É fundamental reconhecermos que o espaço é indispensável para a apropriação e dominação do território, a qual se constitui pelas relações de poder entre os diferentes indivíduos exercidos de múltiplas formas e contextos sociais.

---

<sup>3</sup> A territorialidade aqui é entendida como as formas de dominações, ou relações de poder que determinada sociedade ou grupos utilizam para alcançar um determinado objetivo, ou finalidade . Para Raffestin “ a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num simples tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Claude Raffestin, no livro *“Por uma geografia do poder”*, traz uma visão geopolítica do conceito de território . Nos adverte que “ espaço e território não são termos equivalentes. E destaca que por tê-los usados sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias”(RAFFESTIN, 1993, p. 143).

É notável a preocupação de Raffestin com a diferenciação de território e espaço, para ele essa distinção é importante, já que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o - ator "territorializa" o espaço. [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Nesse sentido, para Raffestin, espaço e território são termos diferentes, não são equivalentes e nem sinônimos, mas, no entanto, não devem ser analisados separadamente, já que o espaço é apoio e substrato preexistente ao território. O território nessa perspectiva, é um “espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Nessa perspectiva, o território é uma produção a partir do espaço, resultado do planejamento e intenções de todas as relações estabelecidas com a finalidade de territorializar o espaço, ou seja é produto dos diferentes atores sociais. “O território é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). No entanto, é necessário entendermos, ou tentar entender o que significa “poder”, visto enquanto principal fator responsável pela construção do território, presente nas relações. Para tanto Raffestin se utiliza das contribuições de Michael Foucault, e nos aponta que:

1. O poder não se adquire: é exercido a partir de inúmeros pontos; 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.) mas são imanentes a elas; 3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; 4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (FOUCAULT 1979, *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Nesse contexto, pautado nas contribuições de Foucault, Raffestin ainda enfatiza que “todo relação é o ponto de surgimento do poder e isso fundamenta a sua

multidimensionalidade” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Com isso podemos dizer que todos nós produzimos territórios a partir da apropriação do espaço (concretamente ou abstratamente), e mantemos relações de poder, mesmo que de forma “invisível” como nos aponta Raffestin, “poder” com p minúsculo “o mais perigoso que não se vê”, ou ainda com “P” maiúsculo “mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Assim na visão do autor, não é somente o Estado, ou todas as outras instituições, que formam o território a partir do espaço, e mantém poder (P) sobre o espaço territorializado, mas todos os indivíduos (p) produzem territórios. Todos nós estabelecemos relações, que se configuram em múltiplos poderes, e conseqüentemente em distintos territórios que se transformam de acordo com o ritmo das novas técnicas criadas e recriadas pelo trabalho humano.

Souza (1995, p. 78) também com uma visão geopolítica, desenvolve alguns conceitos e destaca que em primeiro lugar, “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”. Mais adiante esclarece que o mesmo é [...] “antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (SOUZA, 1995, p. 87). Explica ainda que são as, [...] “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarde, sobre um substrato referencial. E por último enfatiza que o território também pode ser visto como um campo de forças”(SOUZA, 1995, p. 99). Nesse contexto percebe-se que para Souza, assim como para Raffestin e outros autores, o poder é um fator de suma importância para a existência do território.

O território não se relaciona apenas com os recursos naturais, as riquezas minerais e o poder, mas também com a diversidade de culturas (as distintas identidades, as crenças, os valores, o simbolismo), abrange uma teia de significados e pode ser aplicado á diferentes escalas geográficas. Souza (2009, p. 59) ressalta que:

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o *poder* – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados”.

Nesse sentido, quando falamos de território não relacionamos apenas a uma grande extensão tangível da superfície terrestre delimitada juridicamente, como a de um determinado país, podemos nos referir a diferentes escalas, como uma cidade, um bairro, uma

rua, uma comunidade ou até mesmo uma casa entre outros microterritórios, os quais não devem ser analisadas de forma simplista e isoladamente, e isso depende de cada pesquisador.

Saquet ao tratar do território também enfatiza que “espaço e território não são sinônimos. São conceitos diferentes que assumem distintos significados de acordo com cada abordagem e concepção” (SAQUET, 2010, 29). Também ressalta “que tal diferenciação é necessária, porém é fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território” (SAQUET, 2009, p. 83). Esclarece que é possível minimamente diferenciar o território do espaço, enfatizando três processos que ontologicamente, estão na base desta diferenciação:

a) As relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i-]materiais) com uma miríade de combinações; b) a construção histórica e relacional de identidades; c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), trabalhado cada qual a seu modo, por Raffestin [...] e Sack [...]. (SAQUET, 2009, 89).

É possível percebermos as diferenças entre os dois conceitos, na qual está relacionada principalmente as questões de poder. Nos adverte para atentarmos para a questão histórica, temporal e espacial dos territórios, já que eles não são estáticos, se movimentam e se rompem de acordo com as transformações e desenvolvimento de cada sociedade.

Ainda nesse contexto podemos observar que para Saquet os territórios se complementam continuamente, mesmo que se rompam, os novos territórios são oriundos dos “velhos”, a questão histórica e temporal nos permite entender que estamos em constante transformação e construção de territorialidade e territórios que se relacionam todo o tempo. Saquet (2009) defende que “os territórios e as territorialidades humanas são múltiplos, históricos e relacionais. Há em cada território, tempos históricos e tempos coexistentes (ritmos) presentes, em unidade, a mesma unidade da relação espaço-tempo e da relação ideia-matéria”.(SAQUET, 2009, p. 89) e continua:

O território é produto social e condição. A territorialidade também significa condição e resultado da territorialização. O território é o conteúdo das formas e relações materiais e imateriais, do movimento, e significa apropriação e dominação, também material e imaterial, em manchas e redes. A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida. (SAQUET, 2009, 90).



Desta forma, o território é produto social, oriundo das diferentes territorialidades estabelecidas nas relações dos distintos agentes sociais com a natureza, para a concretização material, e imaterial do território, enquanto espaço territorializados cotidianamente por pessoas diferentes, com características específicas que mudam no tempo e no espaço.

Outro autor de fundamental importância que nos ajuda a compreender a noção de território é Milton Santos, para ele:

o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência [...] o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p.13-14)

Nesse sentido, Santos nos esclarece que é essencialmente no território que realizamos plenamente nossos desejos e interesses, ele é a base onde a história do homem se efetiva a partir das suas manifestações estabelecidas nas relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações desenvolvidas ao longo do tempo, por isso a necessidade de o entendermos enquanto “território usado” que é sinônimo de espaço geográfico. O território nessa visão é o espaço geográfico, ou seja, a natureza e os homens em constante movimento, não se trata apenas do território em si mesmo, mas também das ações que o animam, fazendo com que realmente seja o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

No entanto, pensamos no território enquanto um conceito complexo e diverso, na qual não deve ser pensado sem a presença dos atores sociais que os animam e dão vida a partir de suas ações e manifestações, fazendo com que o mesmo seja o fundamento da vida e do trabalho, base para as realizações humanas.

O território nesse sentido é um produto social das relações humanas com a natureza, criado de acordo com regras, normas, crenças, interesses, ideologias, cultura, entre todas as práticas humanas cotidianas que possibilitam a existência de diferentes territorialidades e territórios, berço de identidades, culturas, diversidade, poderes e desigualdades sociais.

Para tanto, destacamos a necessidade de se entender o território a partir de todas as suas dimensões sociais seja ela, política, material, natural, econômica, ou cultural todas elas se relacionam e estão presentes nos territórios, mesmo quando se dá mais importância a uma dimensão, todas são fundamentais para entender a complexidade do nosso objeto de

estudo. Acreditamos que o território envolve todas as dimensões sociais, é onde vivemos e nos desenvolvemos a partir do nosso trabalho é o lugar em que afirmamos nossas identidades e nos sentimos pertencentes, é onde impomos nossos poderes e desejos é o berço de nossas culturas, espaço de relações, produções, e conflitos. É o “espaço de referência para a construção de identidades” (HAESBAERT, 2004, p. 35).

### 3.3 Espaço urbano e território segregado

O espaço urbano é objeto de diferentes formas de produção, apropriação e organização dos distintos grupos sociais. É uma mercadoria favorável à ampliação e acumulação de mais-valia. É a partir das diferentes estratégias usadas pelos agentes produtores do espaço urbano, que o mesmo é construído de forma contraditória aumentando continuamente o processo de segregação, e as desigualdades sociais expressas nitidamente em qualquer cidade, independente de sua extensão ou número de habitantes.

Corrêa destaca que o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de lutas (CORRÊA, 1989, p. 9). O autor nos aponta que o espaço deve ser visto como cenário das lutas sociais, objeto por excelência da acumulação do capital.

O espaço urbano nesse sentido é um campo de lutas contínuas, entre grupos dominantes e dominados, reflexo do poder, que as classes sociais usam como ferramenta para modelar o espaço, apropriado segundo suas ideologias, exigências, desejos e condição financeira. Por isso os conflitos sociais são parte da história humana, enquanto sociedades desiguais e desarmônicas que lutam pelo direito pleno à cidadania e à igualdade. A partir disso Henri Lefebvre salienta que:

o urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne conflitos sem excluir os de classes. Mas que isso, ele só pode ser concebido como oposição à segregação que tenta acabar com os conflitos separando os elementos no terreno. Segregação que produz uma desagregação da vida mental e social. Para evitar as contradições, para alcançar a harmonia pretendida, um certo urbanismo prefere a desagregação do laço social. O urbano se apresenta, ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições. É nesse sentido que seu conceito retoma o pensamento dialético (modificado profundamente, é verdade, porque mais vinculado à *forma mental e social que aos conteúdos históricos*) (LEFEBVRE, 1999, p. 157).

Lefebvre acrescenta ainda que “[...] a cidade é uma obra no sentido de uma obra de arte. O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado

por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua estética, ou seja, sua ideologia” (LEFEBVRE, 2008, p. 82) . Assim, múltiplos espaços e territórios são [re]criados, controlados por classes, instituições, empresas, entre outros, que desenvolvem estratégias para se apropriar dos melhores lugares do espaço urbano, vistos como os mais valorizados e artificialmente produzidos segundo seus prazeres, contribuindo para o desenvolvimento do processo de segregação e exclusão social tanto de pessoas quanto de espaços.

Nesse sentido, é viável indagar quais agentes são responsáveis pela produção do espaço urbano. Corrêa (1989) nos destaca que o espaço urbano “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaços (CORRÊA, 1989, p. 11). Para Corrêa (1989) os agentes produtores dos espaços urbanos são: proprietários dos meios de produção; proprietários fundiários; promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. O autor destaca que as ações e estratégias desses agentes são complexas e emergem em conflitos de classes, oriundos dos interesses dos agentes envolvidos na produção do espaço urbano.

A partir disso Corrêa (1989) aponta que os proprietários fundiários agem com o interesse de obter maior renda fundiária possível de suas propriedades, fazendo a conversão da terra rural para urbana, já que a última tem maior valorização, seus interesses estão voltados para o valor de troca e não de uso. Já os proprietários dos meios de produção, ou seja, os proprietários industriais e de grandes empresas são considerados grandes consumidores de espaços, os quais necessitam de terras amplas e baratas que satisfaçam os requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas, garantindo o acesso a seus consumidores. Os promotores imobiliários agem com estratégias que visam a construção de espaços destinados a consumidores que podem pagar, fazendo com que a morfologia urbana seja extremamente desigual pela intensa separação de pessoas com classes sociais diferentes.

Para Corrêa (1989), o Estado é visto como principal atuante na produção e valorização do espaço urbano, essa instituição possui várias possibilidades de atuação, interfere na organização e planejamento espacial da cidade, participa diretamente da regulamentação do uso do solo, controla os limites dos preços da terra, atua como proprietário fundiário e imobiliário, podendo atuar nos três níveis políticos administrativos, municipal, estadual e federal, fazendo do espaço urbano uma mercadoria de constante valorização e desvalorização, podendo excluir ou incluir pessoas e espaços. Já os grupos excluídos moldam o espaço a partir de estratégias de sobrevivência em lugares que podem pagar ou não como é o caso das ocupações em terrenos de terceiros, as casas autoconstruídas em lugares de riscos e desvalorizados para o mercado, dando lugar as favelas e aos bairros pobres.

Dessa forma, esses agentes sociais produzem um espaço fragmentado, contraditório, distribuído de forma desigual, objeto de mercadoria geradora de enclaves de riquezas e pobreza, onde a separação de pessoas ditas como opostas (rendas diferentes) se torna necessária, já que a lógica do mercado é camuflar a realidade, em que as sociedades vivem, busca-se a construção e a venda de espaços cada vez mais artificiais, pautados em ideologias bem fundamentadas, onde o valor de troca é o que vale, impulsionando a repartição da cidade em territórios de ricos e pobres, nos dando a impressão de que a separação transforma a cidade em duas: a dos que são dominados e a dos que dominam. Pois o acesso e o direito à cidade e ao consumo é desigual, e a segregação é resultado dessas desigualdades geradas pelos interesses capitalistas dos diferentes agentes produtores do espaço urbano.

Isso é notável em nossas cidades, inclusive naquelas consideradas pequenas, e que poucos autores tem dado a merecida importância, pois nelas o processo de segregação se faz também presente, já que o fato de ser “pequena” nos ajuda a compreender e acompanhar de perto esse processo que gera desconforto e indiferenças entre pessoas que lutam por direitos iguais, mas que vivem de acordo com suas condições financeiras.

Esse processo se agrava constatemente e também faz parte da cidade de Grajaú, podendo ser visto como fruto dos interesses e desejos de agentes que visam gerar renda, e a controlar a população a morar onde pode pagar, seja em loteamentos privados, condomínios fechados, quitenetes fechadas, aluguéis de casas em condomínio, conjuntos habitacionais, ruas com baixo serviços públicos ou casas autoconstruídas, a separação a cada dia vem se tornando visível. A segregação, nesse sentido, é gerada pelos agentes que produzem e reproduzem o espaço urbano, ela pode ser vista como:

Um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. [...] Assim a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro (CORRÊA, 1989, p.65-66).

A segregação é um processo exposto no território e no espaço vivido por cada indivíduo que faz parte de uma sociedade desigual, onde o capitalismo predomina, afastando e isolando áreas urbanas e pessoas que fazem parte de classes sociais diferentes. Há uma separação explícita de classes, a fragmentação e o retalhamento do espaço urbano “gerando enclaves de riqueza e de pobreza que independem da vontade das pessoas, mas que se fortalecem por meio das decisões, ações e práticas de uma parte da sociedade que luta por mater a separação entre os segmentos sociais”. (ROMA, 2008, p. 43).

No entanto, a segregação não acontece por si mesma, mas por ser uma prática ligada diretamente a organização da sociedade capitalista que fortalece as desigualdades sociais, por criarem espaços funcionais que atendam e sirvam não a sociedade em si mesma, mas principalmente a economia que alimenta o sistema capitalista. Roma (2008, p. 39-40) destaca que o processo de segregação resulta:

de diferenciações, afastamento e isolamento entre moradores e frequentadores de diferentes áreas da cidade. Essa separação socioespacial da população é fruto da distribuição da função residencial nas cidades que, na maioria das vezes, é determinada fortemente, embora não só, pelas políticas públicas realizadas no âmbito municipal.

O processo de segregação, neste sentido, é um produto da lógica capitalista que se desenvolve continuamente, existente desde as primeiras aglomerações urbanas, continua nos desafiando e proliferando enquanto uma ferramenta que seleciona espaços e pessoas de acordo com o poder aquisitivo de cada pessoa. Assim, o espaço urbano é disputado por diferentes usos pautados nas regras e artimanhas do capitalismo que não limita ações para continuar se desenvolvendo independente da situação dos menos favorecidos que ocupam áreas de riscos ou os sem tetos espalhados pelas periferias urbanas. O sistema capitalista retalha a malha urbana criando espaços e territórios que atendam suas expectativas, que gerem lucros e que garantem sua ampliação e acumulação a partir da desigualdade social, por precisar de mão de obra barata para continuarem se desenvolvendo. Nessa perspectiva, Moreira Junior (2010, p. 136) explica que:

Os atores sociais responsáveis pela produção do espaço urbano é que vão fragmentar segregar e excluir a população e os espaços. O modo como os espaços é produzido de forma desigual e seguindo interesses do capital dá origem a uma cidade partida, concretização de um espaço dilacerado em suas diversas escalas. No espaço urbano, a dilaceração do espaço se configura, principalmente, pelo caráter segregado e segregador do espaço, onde temos os pobres convivendo entre si em bairros carrentes, cortiços e favelas, ao mesmo tempo em que temos ricos convivendo com seus semelhantes no condomínios de alto padrão.

A partir disso podemos dizer que a segregação é a divisão social do espaço urbano entre classes distintas com rendas desiguais as quais são afastadas uma das outras, muitas vezes por interferências de políticas administrativas e econômicas estaduais ou municipais que visam criar espaços funcionais (ex: condomínios fechados de alto padrão) os quais somente a população de classe média e alta podem usufruir se separada da classe baixa, que na maioria das vezes são destinadas as periferias, aos conjuntos habitacionais e favelas com as piores ou nenhuma infraestrutura, a exemplo da rede de esgoto, iluminação pública, água

potável , calçamento nas ruas, escolas, hospitais, entre outros fatores essenciais que garantam uma maior qualidade de vida em que todos e todas. A separação no espaço da cidade nesse contexto “aparece como ‘desejo’ e necessidade de se distanciar daquele que aparece como outro, revelando estratégias de classes” (CARLOS, 2006, p. 51)

É uma seleção de espaços, que facilmente podemos distinguir já que as residências expressam significativamente a condição financeira dos indivíduos, fazendo com que tenhamos um espaço urbano fragmentado e ao mesmo tempo mal distribuído entre a população, o que contribui para a existência de espaços nobres e periféricos, resultado do sistema capitalista que segrega e exclui pessoas e espaços para continuar gerando capital e mais-valia. Nesse sentido, Ana Fani (2006) nos adverte que “a morfologia urbana espelha uma hierarquia social definida, na medida em que a habitação é a forma mais imediatamente visível das diferenciações de classe no espaço”.(CARLOS, 2006, p. 51).

O espaço urbano é uma mercadoria em constante valorização, subordinada à lógica do mercado, é produzido de acordo com os desejos e interesses não somente dos indivíduos, mas também do Estado, dos mercados imobiliários e das classes dominantes que controlam os melhores espaços das cidades contribuindo para o fortalecimento das desigualdades sociais e da segregação. O acesso ao espaço nesse sentido é controlado e mediado pelo mercado que impõe seu acesso pela necessidade prioritária da troca produzindo uma morfologia profundamente desigual (CARLOS, 2006). Assim Ana Fani ainda destaca que:

A produção da segregação revela o movimento de passagem da cidade produzida enquanto lugar da vida para a cidade reproduzida sob os objetivos da realização do processo de valorização – momento em que o uso vira troca. Significa o modo como a propriedade se realiza em nossa sociedade, construindo uma cidade de acessos desiguais aos lugares de realização da vida numa sociedade de classes onde os homens se situam dentro dela e no espaço de forma diferenciada e desigual.(CARLOS, 2006, p. 49).

Ainda nesse contexto Corrêa (1989) destaca que a segregação é um processo espacial onde há o controle por uma classe dominante que seleciona onde deseja morar, separando-se do restante da população por controlar o mercado de terras. Do Estado que pode participar diretamente do processo de segregação, com construções habitacionais para a população carente, e indiretamente com a oferta de financiamento tanto à consumidores, quanto as empresas construtoras de imóveis, que vizam a valorização de terrenos a partir de equipamentos e infraestruturas destinadas a quem pode pagar, enquanto que os inferiores, são

destinados a residir em lugares de riscos, com habitações insalubres, distantes ou esquecidos dos serviços públicos disponíveis.

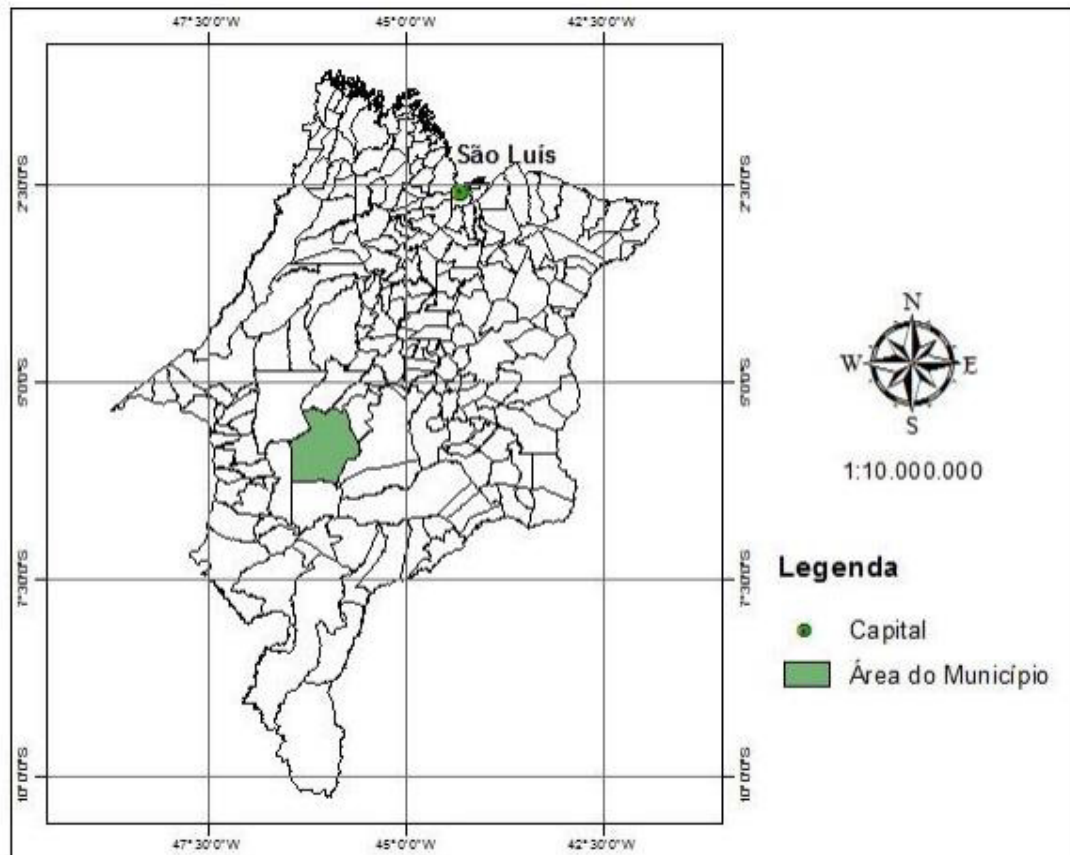
Na visão de Corrêa (1989) podemos falar de dois tipos de segregação. A auto-segregação relacionada a classe dominante que escolhe e seleciona onde morar, e a segregação imposta que é a dos grupos sociais que tem poucas opções de como e onde morar e muitas vezes nem mesmo tem direito a uma escolha são destinados a morar em ambiente inapropriados. Para o autor a segregação apresenta dois papéis, a de ser um meio de manutenção dos privilégios da classe dominante e um meio de controle social também pela classe dominante sobre os outros grupos sociais de baixo poder aquisitivo.

Já para Carlos (2006, *apud*, CARLOS, 2004) parecido com as visões do autor supracitado, destaca que a segregação enquanto estratégia pode ser “espontânea”, já que o mercado de terras distribui a população no espaço baseada na racionalidade da propriedade privada e na lógica do mercado, ou seja, a população mora onde pode pagar, muitas vezes podendo escolher ou não o lugar de moradia. Já a segregação “programada” é realizada pela intervenção do Estado no espaço através da construção de infraestruturas a partir de políticas urbanas que geram o movimento de valorização e desvalorização de determinados espaços de acordo com as suas estratégias e interesses.

E ainda a partir da mercantilização do solo urbano enquanto de valor de troca imposta pelas estratégias imobiliárias que visam a produtividade do espaço, ou seja, seu parcelamento e valorização para a produção e reprodução do capital. No entanto, são os atores (Estado, imobiliária, bancos, grupos sociais entre outros) responsáveis pela produção do espaço urbano que segregam e excluem a população no espaço.

A partir disso, fica claro que o processo de segregação socioespacial é vivenciado no espaço urbano cotidianamente, enquanto produto e mercadoria do sistema capitalista e base para a reprodução das diferentes classes sociais, produtoras e reprodutoras de espaços e territórios rotulados como de ricos e pobres, oriundos da expressiva desigualdade social gerada pela má distribuição de renda, que faz com que pessoas vivam na mesma cidade mas não tem os mesmos direitos, principalmente no que se diz respeito ao consumo que é controlado pela lógica do mercado fazendo da cidade um lugar de contradições e conflitos sociais.

#### 4. BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE GRAJAÚ



Mapa 1: Localização do município de Grajaú  
Fonte: Correia Filho (2011).

O Município de Grajaú está situada no centro sul do Estado do Maranhão, sob as coordenadas geográficas de de 05° 99' 10'' de Latitude Sul, e 46° 07' 48'' de Longitude Oeste, com área territorial de 8.863,570 km<sup>2</sup>, e população de 62.093 habitantes (IBGE, 2010).

O povoamento no sul do Maranhão se deu a partir da frente conhecida como colonização do sertão maranhense, que atraiu migrantes sertanejos vindos de Estados vizinhos tais como Pernambuco, Ceará, Piauí e Bahia, que procuravam terras férteis próximas aos vales de rios caudalosos com pastos nativos para a expansão da criação de gado e em busca por melhores condições de vida.

Esse processo de colonização ocorreu entre os séculos XVII e XIX, as correntes migratórias vindas de outras capitanias e províncias (outros Estados do Nordeste do Brasil) constituíam a cultura campestre exploratória de sertanejos, que resultaram numa forma definida de organização social e econômica predominante em todo o século XIX e mesmo no século XX: a cultura do gado (CABRAL, 2008, *apud*, SILVA 2015, p. 12).



O Sul do Maranhão foi povoado por agricultores, fazendeiros e vaqueiros que interessados por terras férteis para a agricultura, e pastos para a criação de gado, venceram a resistência dos indígenas que já habitavam a região, passando a ocupar definitivamente os territórios conquistados, onde aos poucos a desconhecida região do Maranhão foi se tornando povoada com a implantação de fazendas e vilarejos a custa do sangue dos nativos da terra.

Foi a partir da procura incessante de terras baixas e férteis com a disposição de água doce própria a expansão bovina que muitos produtores de gado vizinhos do Estado do Maranhão se organizaram e criaram uma nova região denominada de Pastos Bons<sup>4</sup> no Estado do Maranhão. De acordo com Pachêco Filho:

A designação Pastos Bons foi atribuída pelos ocupantes vindos do interior da Bahia e do agreste pernambucano, os quais ficaram maravilhados diante da imensidão de campos verdes que serviam de pasto natural para o gado. Esses campos, naturalmente umedecidos pela grande quantidade de rios ali existentes (o Itapecuru, o Manuel Alves Grande, o Balsas, o Alpercatas, o Codozinho, o Corda, o Pindaré, o Mearim e o Grajaú), foram essa “mesopotâmia” fascinante para os migrantes vindos de regiões cujo padecimento era secular com a falta de água. (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 29).

Essa região por oferecer boas condições hidrográficas, climáticas e físicas foi o ponto estratégico para a colonização do interior maranhense. De acordo com Dino (1985, p. 19), “Pastos Bons foi assim o ponto de partida das expedições que então se organizaram objetivando a conquista das terras que permaneciam desconhecidas no interior do Maranhão e de Goiás”. Nesse sentido foi a partir de expedições organizadas de Pastos Bons que aos poucos o interior do Maranhão foi povoado com a busca de terras cultiváveis e pastos verdes para o gado. O sertão dos Pastos Bons localizado no centro-sul da capitania do Maranhão foi o ponto de partida crucial de várias bandeiras com a intenção de explorar, ocupar, povoar e escravizar quando possível e, na maioria das vezes dizimar os nativos. (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 26).

Foi a partir dessas expedições, para a busca de novas terras férteis e ricas em bacias hidrográficas para a implementação de fazendas de gado e vilarejos para a expansão do comércio que o Alferes Antônio Francisco dos Reis ao percorrer o rio Grajaú até sua nascente, fixou-se em sua margem direita fundando a fazenda Porto da Chapada em 29 de Abril de 1811, atual cidade de Grajaú juntamente com 40 acompanhantes entre civis e militares. “Antonio Francisco dos Reis, acompanhado de inúmeros companheiros de aventura

---

<sup>4</sup>“Pastos Bons foi então uma expansão geográfica, uma denominação regional geral, dada pelos ocupantes à imensa extensão de campos abertos para o Ocidente em uma sucessão pasmosa em que o bom sucedia o melhor”. (CARVALHO, 2000, *apud*, PACHÊCO FILHO 2015, p. 26).

desceu um rio, até onde ele, com maior volume d'água tornou-se navegável e num lugar bem aparazível fundou uma povoação com o nome de Porto da Chapada” (DINO, 1985, p. 19). De acordo com Abranches:

As diferentes bandeiras, que, chefiadas por exploradores desumanos, vieram sucessivamente das bandas de Pastos Bons, para se apoderar do Porto da Chapada, ótimo escoadouro do seu comércio com São Luís, acabaram por exterminar os piscobiés, mas esbarraram diante da resistência desse curioso Estado Federativo de silvícolas.

[...] Antônio Francisco dos Reis conseguiu a amizade dos piscobiés e fundou, em 1811, o porto da Chapada. Descendo o rio guiado pelos índios, chegou a foz do mearim; foi daí que São Luís entender-se com o Governador e regressou ao sertão com um carregamento de mercadorias e armas para conter os naturais (ABRANCHES, 1959, p. 113).

Nesse sentido, com a fundação do Porto da Chapada atual cidade de Grajaú<sup>5</sup>, o caminho até São Luís estava oficialmente aberto via fluvial pelo rio Grajaú, sendo trafegável por mais de dois séculos por barcas e canoas para transportar pessoas, mercadorias, e culturas, tornando-se um recurso valioso para os colonizadores por possibilitar a exportação e compra de mercadorias à Capital da Província e para outras Províncias vizinhas e a própria região de Pastos Bons.

O município de Grajaú aos poucos passou a se desenvolver economicamente em virtude da intensidade de navegação no rio, o que o transformou no mais importante empório comercial da região Centro-Sul do Estado, superando Caxias, por apresentar favorável posição geográfica em relação a ligação com a Província e as regiões sertanejas. Assim, em São Luís os percussores do rio Grajaú se abasteciam dos produtos necessários de modo que os colonizadores do interior do Maranhão próximo a Grajaú já não precisavam se deslocar até a vila de Caxias para fazer suas compras.

Nesse contexto, o povoamento da margem do Rio Grajaú como pano de fundo para a expansão da criação de gado também foi uma estratégia de ligação entre Sul e Norte do Maranhão, tendo a navegação como aliada para a intensificação do desenvolvimento socioeconômico do sertão maranhense por ser um ponto de ligação à sede da Província São

---

<sup>5</sup> Dino explica que alguns autores tem feito indagações sobre o significado do nome da cidade de Grajaú, segundo ele muitos erroneamente relacionam o nome Grajaú com “ a tribo que ocupava a margem do rio que banha a cidade” para ele isso não procede, já que os guajajaras primitivos são do vale do Pindaré, as verdadeiras tribus que os primeiros invasores encontraram quando fundaram Porto da Chapada (atual Grajaú) foram os Timbiras e Piscobiés. Para Dino o nome da cidade está relacionada ao nome que os Timbiras e os Piscobiés chamavam o rio, de garajahú, onde os moradores do Porto da Chapada passaram a lhe chamar de Grajaú que é um corruptura do vocabúo aborígena que significa “ Especiê de cesto fechado oblongo em que os nativos carregavam as aves caçadas, vivas ou abatidas para comer”. (DINO, 1985, p. 29-33).

Luís, possibilitando a troca de mercadorias, principalmente, carne bovina, sal, couro curtido, panos, armas, gêneros alimentícios e munições para conter os nativos.

Para a colonização e fundação do Porto da Chapada assim como outras regiões do Maranhão e Estados do Brasil, conflitos entre índios e não índios foram intensificados, resultado da invasão de terras e recursos dos habitantes nativos. É lamentável que a nossa história seja marcada pelo extermínio de várias tribos em todo o território brasileiro, na qual os brancos são apontados como fundadores e “descobridores” de terras, quando na verdade essas terras já eram povoadas e conhecidas por homens e mulheres rotulados por nossos colonizadores de índios, sendo enganados escravizados e vistos como violentos. De acordo com Ribeiro:

Quando os colonizadores navegaram o Rio Grajaú tribos indígenas já viviam às margens do rio como os Timbiras Piocobgés que foram expulsos de seus territórios. Tudo ia muito bem até que em 1814, os índios timbiram resolveram retomar as terras que lhes pertenciam. Atacaram o incipiente lugarejo de quarenta habitantes, queimando vivos trinta e oito deles, juntamente com suas casas. Incendiaram as canoas atracadas no porto e levaram o que foi possível: sal, açúcar, aguardente, e outros gêneros, que começavam a fazer parte de seu cotidiano. Rapitaram uma criança e a fizeram cativa. Assim, “cortado em flor”, o nascente entreposto comercial da ribeira do rio Grajaú desaparecera. (RIBEIRO, 1848, *apud*, PACHÊCO FILHO 2015, p. 98).

A história de Grajaú na maioria das vezes é contada e conhecida por seus moradores enfatizando apenas o acontecimento de 1814 tendo os indígenas como vilões da história, o que deveria ser analisado a partir dos dois lados, já que os colonizadores tomavam à força suas terras e todos os seus recursos naturais existentes, dizimando tribos e culturas que viviam às margens do rio Grajaú. Mesmo com esse acontecido, o Porto da Chapada não poderia deixar de existir, devido a influência comercial e econômica que estava desempenhando no Sul do Estado, fazendo com que os colonizadores se organizassem para uma segunda expedição com o objetivo de tomar de uma só vez a terra dos Timbiras. Segundo Abranches (1959, p. 114):

tempos depois, uma segunda bandeira organizada poderosamente em Pastos Bons, tentava por sua vez desalojar os Timbiras das suas aldeias do alto da serra. Vencedores na primeira investida, devido à sua superioridade em armas, não contaram com a tática dos agredidos que, dispostos estrategicamente em pequenos colunas aguerridas que, obrigaram-nos a esgotar as munições para, de chofre, cair sobre eles, aniquilando-os e chofre horrenda luta contra o corpo.

Nesse sentido, o nascimento do município de Grajaú se dá a partir de intensos conflitos entre colonizadores, fazendeiros e índios, na qual os colonos apesar de algumas vezes serem derrotados pelos indígenas, ainda assim aos poucos levaram vantagem

principalmente pela uso de armas de fogos, que possibilitou a definitiva apropriação das terras indígenas com a fixação de fazendas e povoados que aos poucos se desenvolveu o núcleo urbano de Grajaú.

Abranches (1959), explica ainda que uma terceira turma de bandeirantes chefiado pelo fazendeiro Manoel Valentim Fernandes foram responsáveis pela reconstrução do Porto da Chapada e das casas que iam fazendo parte da Vila da Chapada e da construção da Igreja do Senhor Bom Jesus do Bonfim estabelecida no centro e no planalto mais alto da pequena Vila que através da Lei “Provincial nº 19 de 15 de Outubro de 1892 é elevada à categoria de cidade com o nome de Grajaú.” (DINO, 1985, p. 35).

Do final do século XIX ao início do século XX a economia grajauense era dependente do rio Grajaú tendo como meio de transporte canoas e barcos responsáveis pela escoamento de mercadorias e pessoas, sendo o único elo de ligação entre o sul e norte do Maranhão. De acordo com Pachêco Filho (2011), as potencialidades do rio se sustentaram até 1970, quando o rio perde sua importância socioeconômica para a região do sul do Maranhão em decorrência da inauguração da rodovia Belém-Brasília em 1960 que fez com que o rio deixasse de ser o único caminho para outros Estados e localidades vizinhas.

Atualmente o rio Grajaú sofre com a falta da mata ciliar e com a intensa poluição em decorrência da expansão urbana em suas margens e com a prática de atividades econômicas que intensificam a contaminação da água e do solo, como a prática do uso de agrotóxicos para a plantação de soja, milho e pastagens para a criação bovina, como também pelo excesso de lixo e esgoto destinado a seu leito sem nenhum tipo de tratamento.

Tudo isso interfere na qualidade da água e na diversidade de peixes e animais que precisam do rio para sobreviver, assim como a população grajauense que é abastecida pelo rio Grajaú juntamente com seus afluentes e aquíferos ligados a mesma rede de drenagem, que ao longo dos anos vem se contaminando pela falta de redes de tratamentos de esgoto e de planejamento no que se diz respeito à expansão da cidade com a implantação de novos loteamentos e estabelecimentos comerciais que contribuem para a poluição do rio.

Desta forma, nota-se que o Rio Grajaú visto como elemento crucial para a fundação e povoamento da cidade de Grajaú, sendo o único caminho de ligação por muito tempo à capital São Luís e outros Estados, fato que tornou Grajaú importante empório comercial, após ter perdido sua potencialidade fluvial na década de 1970, principalmente pela abertura de estradas, passou a ser desvalorizado por não mais ser uma fonte lucrativa como antes, hoje assoreado o rio Grajaú que antes exportava mercadorias, sonhos, pessoas, culturas e consequentemente dinheiro, agora, ou melhor desde muitos anos exporta em suas poucas

correntezas apenas esgoto, lixo, e contaminações dos próprios grajauenses que necessitam urgentemente cuidar do rio e de toda a diversidade de seres vivos que nele vivem, pois além de ser um dever cuidá-lo ele ainda abastece boa parte da população com água e fornece peixe para os ribeirinhos e pescadores.

No entanto, a expansão do agronegócio vem aumentando no município com a plantação de culturas que aumentam o desmatamento, as quais se destaca o intenso plantio de soja e eucalipto, que vem crescendo de forma desenfreada, apoiada em ideologias de desenvolvimento sustentável que asseguram o direito a empresas e o incentivo do Estado a essas empresas a continuarem produzindo, sem a preocupação das consequências ambientais que tais culturas apresentam para o município e para o mundo. E ainda a intensa exploração de gipsita com a presença de vários pólos e firmas que impulsionam o desmatamento e a escavação do solo, assim como carvoarias ativas responsáveis por grandes queimadas que intensificam perdas consideráveis de fauna e flora em Grajaú.

A cada dia a cidade de Grajaú vem se expandindo e sofrendo mudança em sua malha urbana, percebe-se um crescimento significativo na diversificação de serviços prestados à população e a intensificação de aberturas de loteamentos em lugares específicos para o incremento de novas habitações para além do perímetro urbano, com a expectativa de auferir renda a partir de estratégias capitalistas que mudam a morfologia urbana e funcional da paisagem da antiga Chapada. Esse crescimento da cidade se dá principalmente por investimentos imobiliários, para facilitar o acesso a moradia, à classe média e alta de Grajaú com os melhores espaços e estruturas necessárias.

## 5 O BAIRRO EXTREMA EM GRAJAÚ: UM ESPAÇO CONTRADITÓRIO

### 5.1 Conceito de bairro

O bairro é uma categoria usada para a divisão e organização da cidade e para a orientação de seus moradores em relação a suas localizações. No entanto, não deve ser visto como uma área delimitada e isolada, mas como um lugar de relações sociais estabelecidas ao longo do tempo no processo de desenvolvimento e expansão de uma cidade.

Nesse sentido, segundo Lefebvre (1975, *apud*, Ramos, 2002) o bairro deve ser visto como uma “unidade sociológica relativa”, na qual só pode ser entendido tendo em vista a cidade como totalidade, o que significa dizer que o bairro é uma parte do todo urbano, existindo somente a partir do surgimento e expansão das aglomerações urbanas, não podendo ser uma unidade isolada e autônoma. George (1983) destaca que:

o bairro é a unidade de base da vida urbana. [...] o morador refere-se ao bairro quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular. Finalmente, e não é o menos importante, o bairro tem um nome que lhe confere uma personalidade dentro da cidade. (GEORGE, 1983, *apud*, RAMOS, 2002, p. 65).

Nesse contexto, o bairro não se constitui em uma mera área física e administrativa concreta, se configura em um lugar de convívio mútuo entre moradores distintos que se relacionam e dão continuidade a construção do espaço urbano de forma desigual e segregada. O bairro é mais do que uma forma de organizar o espaço urbano, é o lugar de encontros entre as pessoas, de pertencimentos de grupos e indivíduos que se identificam com o lugar em que vive, e que se sentem pertencentes a esse lugar organizado e criado com base nas ideologias, culturas, crenças e desejos de indivíduos e grupos que direta ou indiretamente construíram e constroem o bairro no dia-a-dia.

De acordo com Santos (2011, p. 2) o “bairro é percebido a partir das relações processadas entre seus moradores, sendo um lugar propício aos encontros, à comunicação, ao namoro, às brincadeiras, ao diálogo, possíveis apenas através da dimensão de suas ruas”. Diante do exposto, podemos dizer que o bairro é reflexo das ações e relações passadas e presentes estabelecidas na cidade, base da vida urbana e lugar de reprodução das diferentes classes sociais, berço de identidades, conflitos e relações sociais desencadeadas ao longo do processo histórico de uma cidade.

Ramos (2002, p. 66) nos orienta que o “bairro deve ser entendido como uma espacialidade que tem sua existência determinada pela relação dos processos históricos mais amplos com os processos sociais que ocorrem na escala local. Por isso, o bairro é antes de tudo um produto social que se desenvolve a partir da cidade e dos atores sociais que constroem o espaço urbano, o bairro nesse sentido é dependente da cidade já que sem ela não poderia existir, por isso a necessidade de o entendermos como uma unidade que não é insolada e muito menos autônoma.

Para Souza (2013) ao falarmos de bairro devemos levar em conta três tipos de critérios ou conteúdos: o composicional, o interacional e o simbólico, que servem para identificarmos as características distintas do bairro, tendo em vista uma realidade objetiva e subjetiva-intersubjetiva, o autor defende que o bairro é um espaço da reprodução dos grupos sociais.

Quando Souza (2013) fala do conteúdo composicional ele se refere as características objetivas, concernentes à composição de classe e a morfologia do espaço. Já no conteúdo interacional se refere as relações estabelecidas entre os indivíduos e os grupos que apresentam interesses próprios de como se organizar, e o conteúdo simbólico se desrespeito as relações e significados que os indivíduos estabelecem com o espaço percebido e vivido como o bairro em que convive e se sente pertencente.

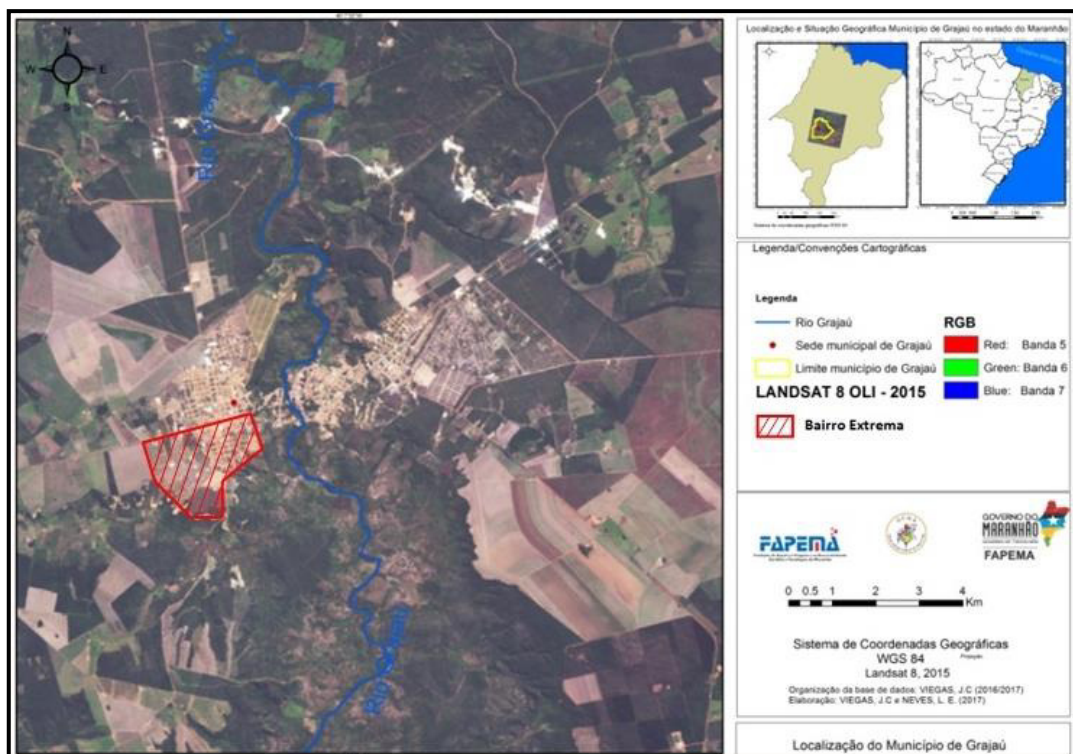
Souza (2013) ainda afirma que o conteúdo interacional sofreu abalos e modificações na medida em que o espaço urbano é edificado cada vez mais de forma diferencial em territórios estratégicos como os condomínios fechados exclusivos com muros e cercas elétricas que objetivam separar classes com poder aquisitivo diferente dando desenvolvimento ao processo de segregação socioespacial nos mostrando que com a intensificação do sistema capitalista o significado de pertencimento e identidade tende a enfraquecer no momento em que o espaço passa a ser visto como uma mercadoria de troca fazendo com que o espaço público perda sua valorização pela sociedade que visa e que super valoriza a vida privada. Segundo Souza:

Os bairros suas imagens seus limites podem ser condicionados por intervenções do Estado, e na verdade pelo próprio capital imobiliário, que pode ter interesse em “ampliar” os limites de certos bairros valorizados, criar ou recriar imagens e identidades, e assim segue. Os próprios moradores diante de processos de declínio do *status* de um bairro, podem atuar como agentes de alteração ou “flexibilização” dos seus limites espaciais. (SOUZA, 2013, p. 155).

Neste propósito, o bairro visto como lugar de reprodução das classes sociais, e produto dos agentes sociais deve ser tido como lugar das diferenças, das contradições e desigualdades sociais, dos conflitos, lugar do rico e do pobre, do velho e do novo, de casas autoconstruídas aos edifícios e condomínios destinadas a quem pode consumir. O bairro é o espaço das relações sociais mesmo que desgastadas, espaço dos diferentes interesses e poderes, espaço das mercadorias, lugar do proletariado e da burguesia, lugar contraditório e fragmentado, mas de alguma forma articulado, o bairro é o espaço do *status* social e da segregação socioespacial que distancia pessoas e espaços, por vontade própria ou por políticas públicas e privadas que tendem a criar territórios funcionais distintos, na qual sua principal característica esteja pautada na troca e na geração de mais valia.

Nesse contexto Pacheco (2001, *apud*, SANTOS, 2011, p.1) afirma que o bairro, como “parte integrante de um todo (des)organizado isto é a cidade, se constitui como um lugar residencial e segregado, geograficamente representativo e reprodutor do espaço urbano, sendo segmentado e desigual, porém articulado”. Nesse sentido destacamos que o bairro, produto histórico e social das ações humanas é construído a partir dos interesses e desejos dos múltiplos atores sociais responsáveis pela segregação e exclusão da sociedade.

## 5.2 A velha e a nova Extrema



Mapa 2: Parte do município de Grajaú com sua área urbana e em destaque o rio e o bairro Extrema.



Fonte: Elaborado por Josué Viégas (2017).

O bairro Extrema começou a ser ocupado por volta do anos de 1970 com as primeiras casas situadas em uma pequena vila que passou a ser chamada Estrada da Extrema, devido as construções das primeiras casas serem localizadas em um estrada que ligava uma chácara que se chamava “Extrema”. De acordo com os moradores, como no início a rua não tinha nome e ficava difícil pra ser localizada, eles resolveram chamá-la de estrada da Extrema, justamente por dar acesso a chácara Extrema. Com o aumento do povoamento a mesma passou a ser chamada Rua da Extrema, atual Capitão Joaquim Ferraz, conhecida como a primeira Rua do Bairro Extrema.

Desde então iniciada as primeiras casas na Rua da Extrema, pouco a pouco o bairro foi crescendo e se tornando um dos bairros da cidade com maior diversidade de serviços oferecidos à população grajauense.



Foto 1 –. Primeira Rua do Bairro Extrema, Rua Da Extrema, Atual Capitão Joaquim Ferrraz, Extrema velha. Fonte: Própria, 2017.



Foto 2 –. Merceria Budega do Macho Vêi, situada na Rua Capitão Joaquim Ferraz, antiga Rua da Extrema, Bairro Extrema. Fonte: Própria, 2017.

O bairro Extrema é um ponto estratégico da cidade de Grajaú, isso é notável quando o analisamos a partir da Lei nº 124/2010 que dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Grajaú, que regulamenta a divisão do perímetro urbano em zonas com o objetivo de assegurar a expansão e o desenvolvimento urbano de forma organizada e equilibrada. De acordo com a Lei supracitada a cidade de Grajaú é dividida em 16 (dezesseis) zonas residenciais e 9 (nove) zonas de expansão urbana das quais, três zonas residenciais se localizam no bairro Extrema assim como 3 (três) zonas de expansão urbanas, onde cada uma dessas zonas possuem regras para a construção de imóveis e loteamentos.

Para melhor entendermos a implicação da Lei de zoneamento no município de Grajaú destacamos os seus seguintes objetivos:

- I orientar e estimular o desenvolvimento sustentável;
- II Aprimorar o desenvolvimento econômico, ambiental, social e urbano do município de Grajaú;
- III Harmonizar a coexistência de usos conflitantes, sobretudo em áreas residenciais, com outras atividades de interesses sociais e econômicos;
- IV Promover o desenvolvimento racional e integrado;
- V assegurar o equilíbrio da concentração urbana, mediante o controle do uso e do aproveitamento do solo;
- VI Assegurar a reserva dos espaços necessários à expansão disciplinada da cidade, de forma a valorizar as potencialidades econômicas e ambientais do município. (LEI Nº 124/2010 Art. I, p. 3)

A partir do Plano Diretor de Grajaú Lei nº 075/2008 tido como “instrumento normativo e orientador dos processos de transformações e promoção de desenvolvimento, nos seus aspectos político, sociais, físico-ambientais, administrativos e econômicos” e da Lei de zoneamento, podemos dizer que o poder público e privado (os empreendedores imobiliários) visam alcançar metas e desejos a partir de regulamentação e regras que normatizam as áreas de cada bairro que podem expandir ou não tanto no que se diz respeito a ocupação por moradores quanto as áreas destinadas para a movimentação de dinheiro, como por exemplo a localização de loteamentos e condomínios, os serviços sociais destinados à população, o afastamento das pessoas de baixa renda entre outros fatores que fazem com que o Bairro

Extrema seja um lugar complexo propício para as desigualdades e conflitos sociais, consequência da má distribuição de renda e da terra.

Nesse sentido, para melhor entender a complexidade do bairro estudado, resolveu-se dividi-lo em velha e nova extrema. Acredita-se que com essa divisão podemos apresentar de forma significativa suas principais características e contradições.

A velha Extrema compreende as primeiras ruas ocupadas do bairro, se destacam principalmente por oferecer os principais bens de serviços que a população necessita, como, comércios, farmácias, açougues, frutarias, oficinas mecânicas, padarias, escolas, lanchonetes, bancos (loterias), posto de combustível, hotéis, clínicas odontológicas, entre outros, que são encontrados nas principais ruas do bairro como a Capitão Joaquim Ferraz (conhecida como rua da Extrema), São Francisco de Assis, José Dativa Lacerda, Marabá, Nazaré e Avenida Amaral Raposo, dentre outras.



Foto 3 – Posto de combustível Canoeiro, situado na Avenida Amaral Raposo, Bairro Extrema. Fonte: Própria, 2017. (Extrema Velha)

Nesses logradouros é possível perceber uma maior movimentação de pessoas e mercadorias, os aluguéis e preços de casas ou terrenos são mais elevados, há a presença significativa de quitinetes e residências fechadas com valores expressivos para uma cidade pequena como Grajaú. Aluguéis de imóveis que variam de R\$ 400, 00 (quatrocentos reais) à R\$ 800,00 (oitocentos reais), quitnetes de R\$ 300, 00 (trezentos reais) à 500, 00 (quinhentos reais), dependendo da sua localização o que mostra que muitas pessoas estão investindo cada vez em imóveis com o intuito de assegurar uma renda maior. As ruas da velha Extrema são procuradas principalmente por sua localização e por conter alguns dos serviços necessários

para o bem estar da população. O Srº Domingos<sup>6</sup> residente no bairro desde 1994, nos relata que “gosto de morar aqui na Extrema, principalmente porque tem tudo o que preciso, tudo é perto, os terrenos são planos, o clima é melhor do que no centro da cidade, me oferece melhor qualidade de vida”. (informação verbal)<sup>7</sup>.



Foto 4 –. Panificadora e merceria sabor da terra localizada na rua José Dativa Lacerda, Bairro Extrema. Fonte: Própria 2017. (Extrema Velha).

Nota-se a valorização e relação do entrevistado com o lugar onde reside. Segundo ele, os terrenos e casas nas principais ruas da Extrema (velha) são mais caros porque é o lugar onde mais se desenvolveu e pode oferecer aos moradores bem estar, assim como a facilidade de acesso do bairro por está próximo a BR-226, e aos outros bairros da cidade de Grajaú, sendo que no início da ocupação do Bairro os terrenos eram bem mais baratos. Relatou ainda que:

Na Extrema faço tudo a pé, vou ao açougue, a padaria, ao comércio, a caixa lotérica, e ao posto de saúde, não é mais como antigamente que tinha poucas casas e só pé de pequi, que tinha que levantar cedo pra pegar água nas cacimbas e enfrentar a lama porque não tinha asfalto, tinha que ir ao Centro da cidade à pé pra comprar alguma coisa e ainda enfrentava grandes filas, agora tem tudo aqui, quase nem vou mais no centro lá só tem ladeira e eu amo morrer aqui na extrema” (Informação verbal)<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> A maioria dos entrevistados não quiseram ser identificados, por isso resolvemos criar nomes fictícios para cada um deles.

<sup>7</sup> DOMINGOS. **A velha e a nova extrema**. Depoimento concedido a Venice Andrade da Luz em Novembro de 2016.

<sup>8</sup> Ibid. (2016)



Foto 5-. ponto comercial Avenida Amaral Raposa, Bairro Extrema. Fonte Própria, 2017. (Extrema Velha).

Com o relato do Sr. Domingos podemos dizer que a Extrema velha não é apenas um território comercial e residencial mas também histórico e social na qual as pessoas se sentem pertencentes ao lugar onde vivem, expressa pelas lembranças e pelo prazer de morar e fazer parte do bairro no qual convive. O Sr. Domingos nos deixa claro que as primeiras ruas do bairro Extrema são de fundamental importância tanto para os seus moradores quanto para outros residentes na nova Extrema e de toda a cidade de Grajaú assim como para outras cidades pequenas.

Já a nova Extrema diz respeito às ruas que se desenvolveram ao entorno da velha Extrema, as quais ainda estão em processo de ocupação e expansão, mesmo que de forma lenta, ruas essas que apresentam poucos serviços para a população, como por exemplo, asfalto e calçamentos, iluminação com qualidade, falta de comércios, escolas, padarias, falta constante de água entre outros fatores, que de certa forma dificulta o bem estar dos moradores.

Nessas ruas consideradas como novas, principalmente devido suas estruturas físicas como as Ruas São Pedro, São João, da chácara, Santa Maria, das Cacimbas, Projetada, entre outras é notável a relação com a zona rural, por apresentar algumas chácaras ao seu entorno, até porque não podemos dicotomizar urbano e rural, pois ambos se relacionam. Nessa ruas mais distantes do “centro” do bairro os aluguéis dos imóveis são bem mais baratos, casas com características de uma encontrada na velha Extrema pode ser alugada por preços bem mais acessíveis, como por exemplo, R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) à R\$ 300,00 (trezentos reais), quitinetes de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), lotes de terrenos que variam de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) à R\$ 15.000 (quinze mil reais) e casas de R\$ 20.000

(vinte mil reais) à R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), preços baixos devido a localização e os serviços públicos distribuídos ainda serem escassos e de baixa qualidade.

A Sr<sup>a</sup> Raimunda residente do bairro Extrema há mais de 30 anos nos explica a diferença de morar no que chama-se aqui de velha Extrema e de nova Extrema. Ela nos aponta que:

Moro na Extrema já faz muito tempo, pra mais de uns trinta anos, era pouca gente que tinha na rua da Extrema (hoje conhecida como Capitão Joaquim Ferraz) só tinha chapada e alguns boteco de caçaça, não tinha água encanada tinha que buscar nas cacimbas, longe, e na cabeça, pra fazer tudo banhar, lavar, fazer comida tudo, ropa lavava no rio (Grajaú), não tinha energia não, era na lamparina. Mais depois foi chegando mais gente e a rua cresceu muito, hoje tem tudo. Morrei algum tempo na Capitão Joaquim Ferraz mais depois mudei pra cá (rua Projetada II nova extrema) mais não acostumei ainda, aquir fica mais longe dos comércios não tem asfalto nas ruas, falta água quase todo dia, é uma calamidade, se falar tudo, dar até um romance. (informação verbal)<sup>9</sup>.

A fala da dona Raimunda descreve sucintamente as diferenças que podemos encontrar no bairro Extrema, o que nos mostra que um bairro por mais que olharmos como uma parte de um todo, isso é, a cidade ainda assim encontraremos características diferentes e específicas em determinados microterritórios, pois o bairro não é edificado ao mesmo tempo como uma casa, são espaços e tempos diferentes, com pessoas e técnicas diferentes que juntos formam e dão existência ao que chamamos de bairro. Ainda nesse sentido a Sr<sup>a</sup> Maria do Carmo nos explica que:

Não sei por que aquir na Rua são João não somos lembrados, eu sou a primeira moradora, minha casa era de taipa, quando cheguei só tinha mato, e muito pé de pequi, nessa rua quase todos os terrenos foram invasão, não sei nem quem era o dono, mas graças a Deus consegui esse pedacinho de terra pra morar, pois antes eu morava nas casas dos outros em Arame. Foi eu que fundei essa rua e coloquei o nome de São João já faz uns 19 anos mas mesmo assim nem asfalto a rua tem, e o engraçado é que nas ruas mais novas já tem, lá nos condomínios tem, mas nós aqui no tempo de chuva ficamos é na lama, as vezes não dar pra andar nem calçado, aí suja tudo, dizem que essa rua não tá no mapa de asfalto, ainda bem que fica perto da rua José Dativa Lacerda que tem comércio grande. (informação verbal)<sup>10</sup>.

A partir da fala de dona Raimunda é notável a sua indignação pela centralização das políticas públicas em alguns pontos da cidade e do bairro Extrema, principalmente no centro do bairro e no Loteamento Frei Alberto Beretta, que desde 2012 vem crescendo e se desenvolvendo significativamente.

<sup>9</sup> RAIMUNDA. **História e memória do bairro Extrem**. Depoimento concedido á Venice Andrade da Luz em novembro de 2016.

<sup>10</sup> MARIA do Carmo. **Sobre a nova e a velha Extrema** Depoimento concedido a Venice Andrade da Luz em novembro de 2016.



O Loteamento Frei Alberto Beretta também faz parte da nova Extrema apesar de apresentar características diferentes principalmente pela existência de um condomínio e dois conjuntos habitacionais. Esse espaço se distingue principalmente por ser uma área de expansão urbana, muitas casas estão sendo construídas, novas ruas sendo povoadas, em uma extensão de terra que há 8 anos servia apenas para a criação de gado.



Foto- 6. Entrada do Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema. Fonte: Própria, 2016. (nova Extrema)

É notável a valorização e as ideologias que esse setor da Extrema recebe pelos moradores da cidade de Grajaú, isso principalmente por conter terrenos planos, com ruas e pistas com asfalto, pela presença da Universidade Federal do Maranhão e de um condomínio fechado, o Rosa dos Ventos, com área de lazer, que para uma cidade como Grajaú isso ainda é uma novidade, e também pela imobiliária dona do loteamento usar estratégias favoráveis para a valorização dos terrenos, como por exemplo, a promessa da vinda do supermercado Mateus para o loteamento e da Universidade Estadual do Maranhão UEMA, farmácias, hospitais, padarias, entre outros serviços que os moradores necessitam. Sobre isso a Sr<sup>a</sup> Ana nos diz que:

Moro no loteamento há dois anos, escolhi morar aqui pela oportunidade de financiar a casa e sair do aluguel. Aqui é bonito, tudo é plano é mais seguro as casas são murradas, e ainda moro proximo a UFMA que daqui alguns anos pode vir novos cursos e meus filhos podem estudar, é pra vir também o supermercado Mateus no outro ano (2017), se vier vai ser muito bom pra nós, só não sei por que aqui ainda é chamado de bairro Extrema, não tem nada a ver, acho que aqui deveria ser Bairro Frei Alberto Beretta (informação verbal)<sup>11</sup>

<sup>11</sup> ANA. **Sobre o loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema.** Depoimento concedido a Venice Andrade da Luz em Novembro de 2016.

Com a fala de dona Ana é perceptível que esse espaço é bem valorizado, e aos poucos se expande principalmente com a oportunidade de ter a casa própria a partir do financiamento da Caixa Econômica Federal que pode chegar até a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). No loteamento ainda não há presença de comércio, ou padarias e farmácias, por ainda estar em fase de povoamento, e a maioria das casas são padronizadas devido serem financiadas pela Caixa Econômica. Com as entrevistas foi possível perceber que a população que reside no loteamento são pessoas com maior poder aquisitivo, alguns funcionários públicos, como professores, policiais militares, empresários, médicos, enfermeiros, vereadores, entre outros, que podem pagar pela moradia de qualidade. Percebemos que algumas das casas são alugadas, inclusive com preços altos, que variam de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais), e outras assim como terrenos são comprados e vendidos mais tarde com o preço bem mais alto.

Isso se dá também pela estratégia da construtora e incorporadora imobiliária Ronierd Barros ter investido em um condomínio fechado com 40 casas, distribuída em quatro alas, cada uma com dez casas com o mesmo padrão, sendo que 10 são exclusivos para aluguel que custa R\$ 1.000, 00 (mil reais) com direito a área de lazer, que para uma cidade como Grajaú ainda é uma novidade, e o fato de morar em um condomínio é luxo, o que faz com que os lotes sejam bem mais caros e procurados pela elite de Grajaú.

De acordo com uma das nossas entrevistadas moradora do loteamento há dois anos, a Sr<sup>a</sup> Carla nos fala que: “É bom morar em um lugar bonito e perto do condomínio e da universidade, ainda mais porque o supermercado Mateus vai vir pra cá, já temos quatro lotes e com certeza daqui algum tempo serão bem mais valorizados” (informação verbal).<sup>12</sup> Mesmo que o loteamento ainda esteja em processo de expansão é notável a sua valorização pela população grajauense. Isso também se dá pelo fato de tanto terrenos como casas poderem ser financiados pela Caixa Econômica, dando oportunidade para as pessoas de ter seu próprio imóvel para residir ou alugar e ainda poder vender em um determinado tempo por um preço maior.

Ainda ao lado do loteamento há o Conjunto Habitacional Frei Alberto Berreta um espaço totalmente diferente do que já descrevemos anteriormente, onde várias famílias de classe baixa residem graças ao programa Minha Casa, Minha Vida. Nota-se a grande diferença, tanto física quanto social entre esses dois espaços tão próximos, onde os moradores convivem com realidades antagônicas.

---

<sup>12</sup> CARLA. **Sobre o loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema**. Depoimento concedido a Venice Andrade da Luz em novembro de 2016.



Durante as visitas de campo e conversas com os moradores foi possível entender um pouco a realidade das pessoas que moram no Conjunto Habitacional, as suas dificuldades, o desejo de residir em outro lugar, o medo de alguns em dar a entrevista, a convivência e relação entre moradores e com o espaço em que convivem, os desabafos de pessoas que reivindicam por seus direitos e pela igualdade. A maioria dos residentes entrevistados são pessoas que não completaram o ensino fundamental ou médio e que tem como renda apenas o benefício do Bolsa Família, e muitos não trabalham por falta de oportunidade no mercado de trabalho convivendo em um espaço que não oferece qualidade de vida.



Foto 7– Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema. Fonte Própria, 2016. (nova Extrema)

Dona Célia residente há quase cinco anos (desde a abertura do conjunto habitacional em 2012) nos conta brevemente que:

Não gosto de morar aqui, ainda estou acostumanda, só moro por que não tenho outro lugar pra morar, as casas são muito pequenas, mal construídas, não temos um boa iluminação pública, os esgotos e o mal cheiro invadem as ruas, e aqui é muito perigoso, há assaltos diariamente e a quantidade de jovens e adolescentes usuários de drogas é arlamante, e as pessoas chamam aqui de “casinhas”, ou favela com preconceito.(Informação verbal)<sup>13</sup>

Diante das características destacadas é pertinente destacar que o bairro Extrema agrega distintos interesses, e desigualdades sociais, onde se localizam o loteamento e o conjunto habitacional Frei Alberto Berretta, prova de que o bairro se desenvolve e se

<sup>13</sup> CÉLIA. **Sobre o conjunto habitacional Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema.** Depoimento concedido a Venice Andrade da Luz em novembro de 2016.

diversifica ao passar do tempo onde cada espaço é selecionado e retalhado de acordo com o lucro que pode gerar.

No Plano Diretor de Grajaú fica claro que um dos objetivos contidos no Art. 7 do inciso II é a “desconcentração do poder político e a descentralização dos serviços públicos” e no IV a “eliminação do déficit de infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos que atinjam, de modo especial, a população de baixa renda” (Lei nº 75/2008). Esses serviços precisam ser colocados em prática em todos os espaços dos bairros que estão precisando, e não apenas concentrados nos espaços sujeitos à valorização como é o caso das ruas mais movimentadas por oferecer mercadorias, ou aqueles lugares de interesse do mercado imobiliário.

A nova Extrema ainda está em crescimento, diferentes pessoas fazem parte da sua ocupação. No entorno de suas ruas é notável a desorganização e falta de planejamento para o crescimento equilibrado da cidade como a Lei de zoneamento defende, o que nos mostra que assim como na maioria das cidade brasileiras o que realmente falta é que as Leis municipais e Estaduais sejam aplicadas em sua integralidade, sem favorecer áreas ou pessoas de maior renda.

### **5.3 Breve discussão sobre renda fundiária urbana**

Os primeiros estudos sobre renda fundiária foram desenvolvidas tendo como inspiração as formulações desenvolvidas por autores clássicos da Economia Política, principalmente as de David Ricardo, que posteriormente foram retomadas e modificadas por Karl Marx. Botelho (2007) nos explica que Marx se atentou para o estudo da renda da terra agrícola e não se aprofundou acerca da renda fundiária urbana, sendo que o interesse por esse estudo se desenvolveu com autores marxistas nos anos 1970 e início da década de 1980, principalmente por franceses que a partir das formulações de Marx tomaram como ponto de análise a questão urbana.

Sobre a renda fundiária Botelho (2007) nos explica que ela “tem sua origem em modos de produção anteriores ao capitalista. Porém, encontra seu lugar nas articulações sociais desse modo de produção, fazendo parte, inclusive, de seu processo de reprodução de relação de produção. (BOTELHO, 2007, p. 66). Isso pelo espaço urbano ser ideal para as estratégias do capital enquanto mercadoria rentável para os produtores imobiliários que estabelecem preços, normas e pregam ideologias que valorizam partes da cidade, tornando-o contraditória.

Botelho (2007, p. 68) ainda nos deixa claro que “a renda fundiária é uma parcela do excedente global produzido pela classe dos proprietários fundiários devido ao monopólio que exercem sobre a propriedade da terra”. Nesse sentido a cada dia o espaço urbano é disputado por diferentes agentes, sejam contrutoras imobiliárias, o próprio Estado, ou o Município, entre outros que usam a terra como base valiosa para a acumulação de mais-valia para realizar seus próprios interesses.

Para Cunha e Smolka (1970, *apud*, Santos, 2013, p. 57) “as rendas fundiária urbanas nada são do que parte do excedente desviado de suas realizações, na forma usual de lucro”. Isso faz com que os proprietários fundiários tenham controle e monopólio acerca da propriedade privada, selecionando espaços bem localizados e repartindo a cidade em pedaços distintos, todos com uma utilidade que garanta a procura de compradores que possam pagar, satisfazendo os interesses dos proprietários que é o valor da troca, sendo usado como instrumento para a segregação socioespacial.

Santos ressalta que desde o aparecimento da renda fundiária urbana o “modo capitalista de produção fez com que o espaço estivesse inserido nas estratégias de valorização do capital seja através da mercantilização da terra com sua divisão em lotes ou mais recentemente na circulação de capital financeiro especulativo” (SANTOS, 2013 p. 57). Nesse sentido, podemos dizer que o sistema capitalista não mede esforços e metas para continuar circulando a seu modo, aumentando drasticamente as desigualdades sociais, já que a terra é mal distribuída e retalhada dividida entre ricos que ficam com os melhores espaços e pobres que ficam com as pequenas migalhas por não poder pagar por um lugar para morar.

Botelho (2007) enfatiza que Marx e seus seguidores classificam a renda fundiária em três: renda Absoluta, renda Diferencial (I e II) e renda de Monopólio. A renda Absoluta resulta da diferença entre o preço do mercado e os preços da produção do alojamento, esse tipo de renda pode ser embolsada em períodos determinados por diferentes formas, a partir de aluguéis, e arrendamento ou também com a venda da terra, isso é com o preço adquirido com a venda.

A renda diferencial I é gerada pelo lucro suplementar obtido pela produção de alojamentos em condições diferenciadas de acessibilidade. Marx (1989,*apud*, Botello, 2007, p. 73) ressalta que a renda diferencial I “ocorria quando duas quantidades iguais de capital e trabalho se aplicam em extensões de terra iguais, com resultados desiguais, o que gera um lucro suplementar para quem explora a melhor terra”. Isso depende de alguns fatores importantes que contribuem para aumentar ou diminuir a desigualdade da aplicação de capital

e trabalho no solo, como a acessibilidade, localização, fertilidade e diferenças infraestruturais aplicadas na terra entre outros, se destacando no entanto principalmente pelas questões naturais, não dependendo das estratégias de técnicas científicas.

Já a renda diferencial II decorre de investimentos extras aplicados em um mesma área de terra para a intensificação da agricultura, a partir de extratécnicas para a produção de mercadorias que garantem a geração de lucros. Esse tipo de renda é derivada da concorrência entre capitalistas que exploram a terra a partir de relações de produção capitalistas. De acordo com Oliveira a renda diferencial II “tem sua origem na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção, lógica básica do próprio processo de produção capitalista” (OLIVEIRA, 1985, *apud*, BOTELHO, 2007, p. 44).

Já a renda de monopólio é a renda suplementar adquirida a partir da elevação dos preços acima do valor de determinada mercadoria, gerando preço de monopólio que depende das condições de mercado e individuais da oferta e procura de terras que apresentam qualidades especiais e desejáveis pelos consumidores que podem consumir. De acordo com Botelho a “renda de monopólio é baseada no lucro extraordinário obtido a partir de um preço de monopólio de uma certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotada de qualidades especiais” (BOTELHO, 2007, p. 73). Nesse sentido, os proprietários fundiários ganham lucros extraordinários por estipular altos preços de mercadorias exclusivas que satisfaçam as necessidades e desejos daqueles que podem insurfluir.

Desta forma, Botelho (2007) nos deixa claro que a renda fundiária mesmo que ainda sendo tratada com dificuldades, devido sua complexidade, ainda assim é um item importante e fundamental para compreender a hierarquização dos usos do solo urbano, para a acumulação de capital e para a reprodução das relações de produção, podendo ser vista também como instrumento de segregação socioespacial.

No entanto, o espaço urbano gera diferentes tipos de rendas que resultam de estratégias da lógica capitalista, seja a partir do fatiamento da cidade em lotes, aluguel de imóveis, empreendimentos e construções imobiliárias exclusivos como condomínios de luxo fortificado por altos muros e cercas elétricas com paisagens exclusivas e jardins que aproximem o contato com a natureza, ou com desejáveis e amplas áreas de lazer que vislumbram os olhos de compradores que procuram um lugar aconchegante e seguro, garantido pelas belas propagandas imobiliárias. Os proprietários fundiários sempre procuram maneiras para continuar explorando e disputando o solo urbano para a obtenção de fins lucrativos. Isso não é diferente na cidade de Grajaú, principalmente no bairro Extrema que se desenvolve a partir a exploração do solo urbano a partir de estratégias da construtora e

incorporadora Ronierd Barros, juntamente com ações do Estado que facilita o acesso à habitação a população de maior poder aquisitivo.

#### **5.4 Segregação socioespacial no Bairro Extrema**

O espaço urbano do bairro Extrema em Grajaú, desde 2012 vem assumindo uma diferenciação considerável no que se diz respeito à ocupação de classes sociais no tecido urbano, agravada pela forma de como a propriedade privada seleciona as frações do espaço. O processo de segregação socioespacial se faz presente a partir da distribuição e organização de classes, evidenciada nas residências e infraestruturas do bairro, tornando a cidade em um lugar contraditório onde ricos e pobres se separam a partir de estratégias capitalistas. Roma (2008, s/p) destaca que:

O processo de segregação socioespacial está na base da sociedade capitalista marcada, cada vez mais, pelos conflitos sociais e pela estratificação social, dividindo e separando espaços e pessoas. Pode se constituir em todas as cidades, desde as pequenas até grandes metrópoles, mesmo que em escalas e níveis de apreensão diferentes, pois sua ocorrência está ligada à organização da sociedade que mantém e fortalece as desigualdades sociais.

A segregação socioespacial está presente em muitas cidades, sejam elas pequenas médias ou grandes, por resultar da organização da sociedade capitalista. Na qual o espaço urbano é o palco da reprodução das classes sociais, as quais todas apresentam formas e interesses em relação ao uso do solo urbano, o que acarreta na divisão e separação de pessoas e espaços, gerando a segregação socioespacial.

No entanto, o espaço urbano no bairro Extrema é produzido por agentes que intensificam as desigualdades sociais entre grupos. Prova disso é a valorização e desvalorização de áreas específicas do bairro como as ruas mais antigas que oferecem e centralizam os serviços sociais básicos para a população principalmente no que se diz respeito ao comércio. Assim como a presença de casas em ambientes insalubres ao meio de outras desejáveis por apresentar uma boa infraestrutura, e condomínios fechados para aqueles que podem pagar o aluguel o que nos mostra que cada espaço e microterritório apresenta suas próprias identidades e contradições que os individualizam e os separam.

Já na nova Extrema é notável a falta dos serviços públicos principalmente pela falta de iluminação, pavimentação das ruas e presença de comércios, o que acarreta uma certa desvalorização dessa área. Em conversa informal com os moradores eles deixaram claro que

na nova Extrema os terrenos e casas são baratos e que a maioria das pessoas que compram são de baixo poder aquisitivo, por aproveitarem os preços baixos para poder ter onde morar, enquanto que poucos de poder aquisitivo maior compram com um preço baixo mais por ter condições investem na construção de casas de alto padrão, muradas e com cercas elétricas se separando das casas e das pessoas simples que convivem em uma mesma rua fazendo da cidade lugar das contradições.

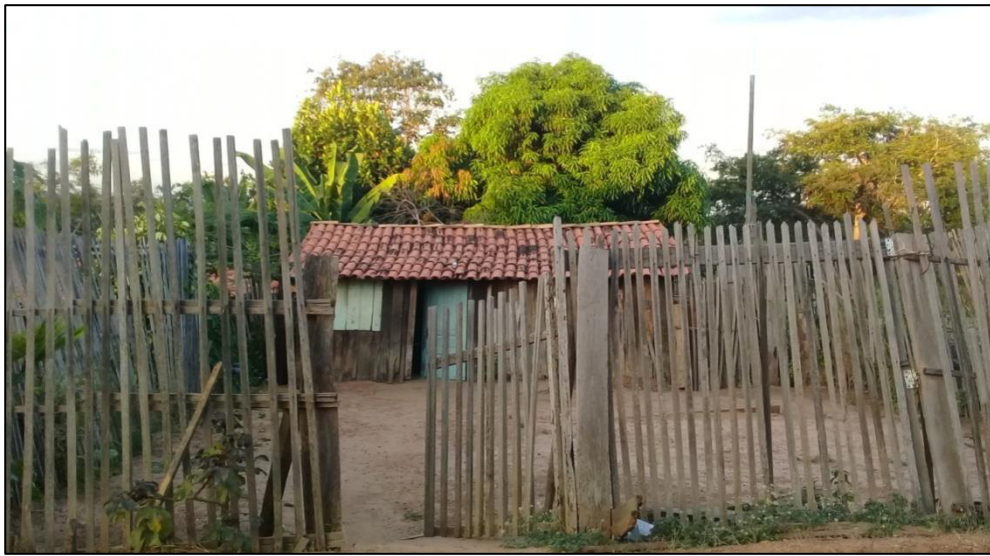


Foto 8- Casa situada na Rua São Francisco de Assis (nova Extrema), no Bairro Extrema.  
Fonte: Própria, 2017.(nova Extrema)

É relevante ressaltar que na velha e nova Extrema assim como em toda a cidade de Grajaú ainda não há a presença de rede de esgoto, fazendo com que os esgotos da maioria da população encontrem-se a céu aberto, isso se agrava em áreas específicas, principalmente no conjunto habitacional, devido as pessoas não poderem pagar por uma fossa séptica. Na nova Extrema a morfologia das residências expressam significativamente o poder aquisitivo dos moradores, pela presença de casas simples, inacabadas, autoconstruídas, algumas de taipas, excluídas e rotoladas pela sociedade capitalista como inapropriada para a moradia.

Na foto 09 (nove) ao lado esquerdo podemos notar a presença de casas simples autoconstruídas de barro e madeira pela falta de renda para a construção de casas com boa infraestrutura. Ao lado direito entrada do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta, nota-se que a população convive com lixo e esgoto a céu aberto pela falta de infraestrutura por parte do Estado e Município.





Foto 9 – Casas situadas no final da rua Capitão Joaquim Feraz. Fonte: Própria, 2016. (nova Extrema).



Foto 10 – Rua São Francisco de Assis Bairro Extrema.. Fonte: Própria, 2017.(nova Extrema).

Ainda na nova Extrema na parte que se localiza o Loteamento Frei Alberto Beretta a segregação é bem mais visível, a cada dia esse espaço se desenvolve, casas de alto padrão são construídas, portões, muros e cercas elétricas garantem a segurança e o afastamento das pessoas, onde a proximidade do Conjunto Habitacional repercute insegurança e perigo para os grupos dominantes que moram no Conjunto habitacional Frei Alberto Berreta.

De acordo com Luana moradora do Loteamento há quatro anos nos revela que “o bairro é muito perigoso, tenho medo de sair a noite, evito até mesmo andar na pista próxima

as casinhas (Conjunto Habitacional) , ali morra todo tipo de pessoas” (informação verbal)<sup>14</sup>. Isso nos mostra o desejo da separação e estereótipo de apontar as pessoas de acordo com o que elas possuem em bens materiais, e a ideia de que o fato de morar no conjunto habitacional está relacionado ao caráter das pessoas.

Durante as entrevistas percebemos que a população do Conjunto Habitacional é excluída da sociedade e dos serviços sociais, são vistos como “favelados, moradores das casinhas, periferia, lugar de pobre, lugar de ladrões, e viciados em drogas” entre outras classificações que intimidam e constroem os moradores de baixa renda que residem no conjunto. Essas ideias acerca do conjunto habitacional se agrava significativamente, poucas pessoas que não sejam moradores o frequentam, devido ao medo pregado por aqueles que acreditam que o fato de determinado indivíduo pertencer a classe baixa, essas pessoas possam se envolver em questões ilegais, herança da nossa colonização. Na foto 11 (onze) é possível percebermos a realidade socioespacial que os moradores do Conjunto habitacional estão inseridos, na qual convivem com poças de esgoto e com o mal cheiro consequência da falta de planejamento em relação a rede de esgoto para a população.



Foto 11 – Ao lado direito Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema. Fonte: Própria, 2016. (nova Extrema).

---

<sup>14</sup> LUANA. **Sobre o loteamento e Conjunto habitacional Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema.** Depoimento concedido a Venice Andrade da Luz em novembro de 2016.





Foto 12- Conjunto habitacional Frei Alberto Beretta. Percebe-se que algumas casas ainda não foram reformadas, depois da entrega em 2012. Fonte: Própria, 2017.(Extrema Nova).

Ao conversarmos com alguns moradores eles deixaram bem claro que o fato de morarem no conjunto habitacional repercute diretamente em suas vidas. Vitória, residente há três anos do Conjunto nos fala que “tenho vergonha de dizer que moro aqui, as pessoas pensam tantas coisas ruins dos moradores do Conjunto, até mesmo para comprar alguma coisa à prazo é complicado, pois a cidade inteira pensa que aqui só mora gente ruim, só moro aqui por não ter outra opção”<sup>15</sup>.

Com isso fica claro que os residentes do Conjunto habitacional são separados e vistos com olhares diferentes da sociedade de Grajaú, assim como outros conjuntos existentes aqui não apontados. De acordo com a síndica e presidente do Conjunto Habitacional a Sr<sup>a</sup> Safira:

Vivemos em uma situação difícil, sofremos preconceito, não somos ouvidos quando cobramos nossos direitos, a maioria das nossas casas não foram concluídas, não sabemos o que aconteceu, mas em algumas casas nunca foram colocadas cerâmicas, nós que colocamos com nosso dinheiro, a iluminação pública é precária, somos esquecidos, não recebemos nenhum apoio, nem mesmo assistência social, ou médica, é uma dificuldade pra conseguir uma consulta, nossas crianças são obrigadas a brincarem no meio da rua correndo perigo, por não termos um área de lazer. Aqui muitas pessoas passam necessidades, às vezes vem mães aqui em casa chorando por não ter nem mesmo o arroz pra dá para o filho comer, eu que corro atrás de tudo, de comida, de roupa, de remédio e tudo o que precisam eu amo ajudar minha gente, se todos fizessem isso viveríamos em outra realidade. (Informação verbal)<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> VITÓRIA. **Sobre o Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta**. Depoimento concedido a Venice Andrade da Luz em novembro de 2016.

<sup>16</sup> SAFIRA. **Sobre o Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta**. Depoimento concedido à Venice Andrade da Luz em novembro de 2016.

A partir do depoimento de dona Safira podemos destacar sua indignação com a realidade social em que vivem os moradores do Conjunto, não somente no que se diz respeito à infraestrutura das casas, por serem pequenas e mal construídas, mas também pela falta de apoio tanto dos órgãos políticos quanto da sociedade em geral. Ainda de acordo com ela;

Acham que só precisamos da casa para morar, as políticas públicas são desviadas como se não precisássemos delas, aqui muitos adolescentes e crianças estão se envolvendo com drogas, faço minha parte mais ainda é pouco, aqui a noite é um pouco perigoso, principalmente pelo uso de drogas, acontecem assaltos diariamente, a polícia deveria ser mais presente aqui, precisamos de apoio, principalmente para os jovens e adolescentes, que se acham excluídos e acabam se envolvendo em caminhos errados.( Informação verbal)<sup>17</sup>.

Nesse sentido, vemos que os moradores do Conjunto Habitacional passam por várias dificuldades e desafios, e a falta de compromisso das políticas públicas acabam intensificando o processo de segregação. Durante a pesquisa foi possível observar que uma boa parte dos moradores são mães solteiras que contam apenas com o bolsa família para todas as suas necessidades. De acordo com a Sr<sup>a</sup> Kátia

Moro com quatro filhos só recebo o bolsa família, com esse dinheiro tenho que pagar a taxa cobrada pela casa, R\$ 58,00, energia R\$ 65,00 e água R\$ 42,00, e todas as outras coisa que precisamos, não dá pra nada, já procurei serviço mas não encontro, não tenho nem o ensino médio completo, e nem com quem deixar as crianças, aquir era pra ter uma creche, foi iniciada mas faz algum tempo que está parada, e não só eu mas também muitas mulher não trabalha por isso. (Informação verbal)<sup>18</sup>

A falta de oportunidade e do cumprimento dos deveres públicos para com a sociedade repercute diretamente na vida daqueles que realmente necessitam dessas políticas para poderem ter uma melhor qualidade de vida, o que acaba não acontecendo fazendo com os espaços do bairro sejam divididos entre as pessoas de acordo com a renda de cada.

---

<sup>17</sup> Ibid. (2016).

<sup>18</sup> KÁTIA. **Sobre o Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta**. Depoimento concedido à Venice Andrade da Luz em novembro de 2016.



Foto 13 – Parte do Conjunto habitacional Frei Alberto Berreta. Fonte: Própria, 2016. (nova Extrema)



Foto 14 – Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta. Algumas casas passaram por reformas e aumento de comodos. Fonte: Própria 2016. (nova Extrema).

No Conjunto Habitacional as pessoas contam com a presença de uma única escola para Educação Infantil, não há área de lazer, nem o acompanhamento de assistência social para as pessoas mais carentes ou médicos que atendam a própria comunidade, há a presença de lixos nos terrenos baldios, e o esgoto a céu aberto é um perigo para a sociedade. Percebe-se que algumas casa já foram vendidas por preços baixos que variam de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) à R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou alugadas por R\$ 100,00 (cem reais) à R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), outras reformadas e aumentadas, com a presença de garagem, enquanto que algumas continuam com a mesma morfologia que foram entregues pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Enquanto que o Conjunto Habitacional é excluído e mal visto pela população grajauense, o Loteamento Frei Alberto Beretta é um sonho de consumo para a população, principalmente por contar com a proximidade da UFMA e com a presença do condomínio fechado “Rosas dos Ventos”, exclusivo para a população de alta renda de Grajaú, inclusive com área de lazer, com jardins, o que nos mostra que as classes tendem a se separar por meios de muros com cercas elétricas. De qualquer forma o sistema capitalista organiza e distribui a população de acordo com suas rendas.



Foto 15 – Condomínio Rosa dos Ventos, no Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema. Fonte: própria, 2016. (nova Extrema).



Foto 16– Jardins na entrada do Condomínio Rosa dos Ventos, no Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema. Fonte: própria, 2016. (Extrema Nova)



O loteamento está se valorizando de acordo com seu desenvolvimento. Percebe-se que para a população de uma cidade pequena como Grajaú morar em um Condomínio ou Loteamento exclusivo é ganhar status, é dizer que pode pagar pela qualidade de vida e por um lugar bonito e agradável, mesmo que de certa forma longe dos serviços sociais disponíveis.

Nesse sentido, podemos dizer que as desigualdades socioespaciais no bairro Extrema se dão tanto pelas diferenciações urbanísticas e de infraestrutura como também pelas diferenças socioeconômicas e educacional que segrega grupos sociais dominantes de grupos sociais dominados. É notável que desde 2012 os investimentos imobiliários no bairro Extrema vem crescendo, oriundos de políticas públicas municipais que facilitam o acesso a moradia, as classes média e alta, empurrando as classes pobres para os conjuntos habitacionais ou a espaços inapropriados desprovidos de qualidades.

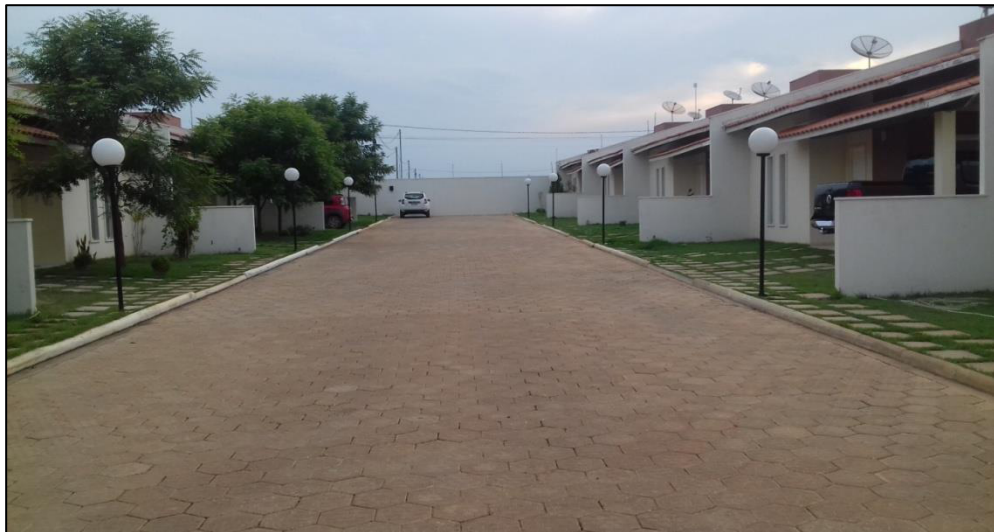


Foto 17– Interior do Condomínio Rosa dos Ventos, no Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema. Fonte: própria, 2016. (nova Extrema)



Foto 18– Entrada da área de lazer do Condomínio Rosa dos Ventos, no Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema. Fonte: própria, 2016.(nova Extrema)



Foto 19 – Parte da área de lazer do Condomínio Rosa dos Ventos, no Loteamento Frei Alberto Beretta no Bairro Extrema. Fonte: própria, 2016. (Extrema Nova)

O bairro Extrema está sendo extremamente valorizado pelo mercado imobiliário e por isso o Estado dá o suporte necessário para a implementação da infraestrutura necessária. Isso se explica pela presença de ruas como a São João que tem mais de 20 anos nunca ter sido pavimentada, até porque o mercado imobiliário não tem nenhum interesse nessa área, enquanto que o Lotemento Frei Alberto Beretta, espaço de interesse do mercado imobiliário, a maioria de suas ruas mesmo que poucas pessoas residam, são pavimentadas e recebem iluminação, o que nos mostra que a ação do Estado não é neutra, mas acontece em aliança com a iniciativa privada, dando total apoio aos empreendimentos que valorizam e desvalorizam fatias do bairro Extrema. De acordo com Botelho:

A ação do Estado não é neutra, no sentido de ser igual para todas as classes sociais. As áreas da população mais rica e as atividades ligadas ao capita monopolista (produção, comercialização e consumo) são privilegiados no que se diz respeito aos investimentos estatais em infra-estrutura e equipamentos de uso coletivo, bem como com relação à legislação urbanística (BOTELHO, 2007, p. 82-83).

No entanto, para a formação do espaço segregado o Estado possui um papel fundamental e importante. Pois “nenhum mercado “privado” poderia funcionar se o Estado não sancionasse as cláusulas contratuais e adiministrasse os remédios para a sua quebra, estando, pois no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação” (MARCUSE, 2004, *apud*, BOTELHO, 2007, p. 39).



Foto 20- Casa de alto padrão, Loteamento Frei Alberto Beretta, Bairro Extrema. Fonte: Própria, 2017. (nova Extrema).



Foto 21- Casa de alto padrão, Loteamento Frei Alberto Beretta, Bairro Extrema. Fonte: Própria, 2017.(nova Extrema).

Nesse sentido o Estado é um dos principais agentes produtores do espaço segregado do bairro Extrema, juntamente com seus aliados, os proprietários fundiários; promotores imobiliários, que investem em empreendimentos que garantem um retorno considerável de mais-valia, seja a partir de aluguéis ou vendas de casas no condomínio Rosa dos Ventos, ou no Loteamento Frei Alberto Beretta, ou a partir da divisão de lotes com altos preços, os empreendimentos imobiliários sempre buscam formas e aliados como o Estado e o Município que a partir do Plano Diretor e de outras políticas constroem espaços funcionais que apresentam expressivo valor de troca.





Foto 22- Casas padronizadas situadas no Loteamento Frei Alberto Beretta, Bairro Extrema. Fonte: Própria, 2016.(nova Extrema).

Esses agentes atuam juntos de acordo com seus interesses e normas sendo responsáveis pelas transformações morfológicas e funcionais da paisagem urbana do bairro Extrema. Como consequência geram tanto a auto segregação em que a classe dominante escolhe e seleciona onde morar, quanto a segregação imposta a grupos sociais de baixa renda por não terem opções de onde morar são destinados aos Conjuntos Habitacionais ou a áreas desprovidas de serviços sociais. O que nos mostra que os atores sociais responsáveis pela produção do espaço urbano é que fragmentam, segregam e excluem a população e os espaços do Bairro Extrema.





Foto 23- Residência de alto padrão no Loteamento Frei Alberto Beretta, Bairro Extrema. Fonte: Própria, 2017. (nova Extrema)

Souza destaca que:

A cidade é reflexo da sociedade, uma sociedade capitalista, na qual tudo se torna mercadoria, até mesmo a terra, que, teoricamente, não tem valor, visto que não é produto do trabalho humano, mas ganha valor pela legalização da propriedade privada, pois permite diferenciar as formas de apropriação da cidade pelos diferentes segmentos sociais.(SOUZA, 2008, *apud*, SILVA JUNIOR E TCHMOLA, 2011, p. 116).

Portanto, o espaço urbano do Bairro Extrema e a habitação em alguns pontos como no Lotemento Frei Alberto Beretta são transformadas em mercadorias valiosas intensificadas por investimentos tanto do setor público e privado fazendo com que o consumo dessas mercadorias aumente, visto que fazem parte das estratégias capitalistas, o que contribui para a produção e reprodução do Espaço desigual intensificando a segregação socioespacial, já que as políticas públicas atingem somente uma pequena parte da população. O que provoca a apropriação da cidade é comandada por interesses do capital, por isso a presença de espaços desenvolvidos ao lado de outros subalternos e esquecidos pelos agentes políticos e imobiliários que só investem onde realmente podem obter renda.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das abordagens e das fotos apresentadas podemos destacar que a produção do espaço urbano no bairro Extrema por meio da segregação socioespacial apresenta-se como instrumento responsável pelas transformações morfológicas e funcionais da paisagem urbana por produzir espaços nobres e pobres em locais estratégicos da cidade, efetivando a repartição desigual do espaço.

Com a pesquisa percebeu-se que desde 2010 o bairro Extrema tem apresentado uma considerável expansão, transformando áreas rurais em urbanas, tornando-o uma mercadoria valiosa para os proprietários fundiários e imobiliários os quais segregam e excluem a população de baixa renda, empurrados a morar no Conjunto Habitacional, excluídos das políticas públicas ou em terrenos com péssimas localizações desprovidos de infraestrutura e longe dos serviços públicos necessários.

Essa expansão se dá principalmente pelas estratégias dos incorporadores imobiliários em selecionar áreas bem localizadas e de fácil acesso como o Loteamento Frei Alberto Beretta, e investir em infraestrutura juntamente com o Estado tendo como objetivo a valorização do espaço e a geração de lucros seja a partir da venda de lotes, imóveis ou aluguéis, a produção do espaço no bairro Extrema vem apresentando contrastes visíveis provocadas por diversas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais. Esses investimentos tem se intensificado com o crédito oferecido pelos bancos para o financiamento de moradias padronizadas oferecidas a quem pode pagar.

O Loteamento Frei Alberto Bereta vem se desenvolvendo de forma expressiva onde a construção de um condomínio e casas de alto padrão com murros e cercas elétricas demonstram a necessidade da separação de classes para a circulação e geração do capital estimulada em em todas as cidades brasileiras.

Isso nos revela que o direito digno à cidade ao passar dos anos se torna viável apenas para aqueles que possuem um determinado poder aquisitivo, isso porque a moradia e a terra se transformam em valiosas mercadorias as quais muitas pessoas não podem consumir, e por isso são levados a viver as margens dos seus direitos restritos as políticas e aos serviços coletivos a qual todos perante a legislação brasileira tem direitos.

Isso fica claro no bairro Extrema a partir da presença de casas em lugares que apresentam uma morfologia acidentada sem o calçamento das ruas ou aterro das mesmas pois muitas se encontram com amplos buracos dificultando seu acesso, a falta de iluminação

pública e área de lazer, são situações intrigantes e ao mesmo tempo preocupante que uma boa parte da população do bairro Extrema enfrentam, não tendo nesse sentido o total direito a cidade. Outro fator que deve ser lembrado é que muitas pessoas além de serem empurradas aos piores espaços, também moram em casas com infraestruturas frágeis autocostruídas, as vezes de taipa ou construídas com materiais de pouca qualidade. Enquanto que outras por apresentar uma renda considerável aproveitam esses espaços para construir casas de alto padrão em decorrência do preço dos terrenos serem mais baixos.

Desta forma, é perceptível que o Estado dá suporte necessário para as construtoras e incorporadoras imobiliárias no que se diz respeito à infraestrutura e equipamentos urbanos como, asfalto e iluminação pública em determinadas áreas do bairro Extrema, principalmente no Loteamento Frei Alberto Beretta, para que o mesmo possa ter uma maior valorização, assim como a partir do Plano Diretor e a Lei de Zoneamento que dá suporte a esses incorporadores a expandir seus negócios, já que o bairro é uma zona de expansão urbana.

Assim, a expansão do bairro Extrema atrelada a estratégias políticas e econômicas determinam a produção do espaço com a divisão da cidade em fatias, oriundo da má distribuição de renda que tem como consequência a segregação da população pobre e excluída da sociedade e das políticas públicas intensificadas pelos agentes produtores do espaço.

Percebe-se que em poucos anos o Loteamento Frei Alberto Beretta se tornará em um novo bairro da cidade, por apresentar características socioespaciais diferentes com ampla área de expansão e com investimentos que diversifica sua morfologia, visto a partir das construções de imóveis luxuosos se comparados com outras localizações do bairro Extrema. Muitos dos moradores demonstraram resistência em aceitar que o Loteamento Frei Alberto situa-se no Bairro Extrema por acreditarem que o mesmo não apresenta nada relativo ao bairro Extrema, e que o Loteamento deveria ser um novo Bairro da cidade, com outro nome. O que nos mostra o desejo de separar o que é diferente, ou seja, as classes sociais, a partir do controle do espaço urbano por grupos dominantes.

Situações como o bairro Extrema em Grajáú ocorre em praticamente todas as cidades brasileiras, algumas com maior intensidade outras com menos intensidade, tanto em grandes cidades, metrópoles ou em pequenas cidades a segregação socioespacial se faz presente por que vivemos em um sistema capitalista que precisa das desigualdades sociais para continuar crescendo. Nesse sentido, por mais que esse tema tenha sido pesquisado por alguns autores, ainda sim é pouco estudada a segregação socioespacial em cidades pequenas. Esse tipo de estudo é relevante e se faz necessário por possibilitar conhecer a realidade em que essas cidades muitas vezes esquecidas estão inseridas.

Por fim, não objetivamos a conclusão deste trabalho, mas o seu andamento, na expectativa de retomá-lo e que esse tema seja mais pesquisado nas cidades pequenas como Grajaú, principalmente em outros municípios do Estado do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. **A Esfinge do Grajaú: memórias**. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Brasil, 1959.
- BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- CARLOS, Ana Fani A. A segregação como fundamento da crise urbana. In: SILVA, José Borzacchiello; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio W. Correia. (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 47-56.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CORREIA FILHO, Francisco Lajes. Ministério de Minas e Energia. Secretaria Executiva. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. (Estado do Maranhão – Relatório Diagnóstico do município de Grajaú). Brasília, Serviço Geológico do Brasil, 2011, 31p.
- DINO, Sálvio. **Raízes Históricas de Grajaú**. São Luís: Sioge, 1985.
- GODOY, P. R. T. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **GEOUSPE espaço e Tempo**, n. 23, p. 125-132, 2008.
- GRAJAÚ, **Lei nº 075/ 2008** de 10 de Junho de 2008. Dispõe sobre o plano diretor do município de Grajaú do Estado do Maranhão, e trata de outras providências. Grajaú-MA, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 124/2010** de 14 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso do solo do município de Grajaú, no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Grajaú-MA, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acessado em 13 de Novembro de 2016.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Política: o Direito à Cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MOREIRA JUNIOR, O. Segregação urbana em cidades pequenas: algumas 7 considerações a partir das escalas intra e interurbana. **Revista RA'E GA**. Editora UFPR, Curitiba, n. 20, p. 133-142, 2010.
- PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando mundos: navegações no vale do Rio Grajaú**. 2011. 264f. Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, 2011.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Aluisio Wellichan. Espaço tempo na cidade de São Paulo: Historicidade e espacialidade do “Bairro” da Água Branca. **Revista do Departamento de Geografia**, 15 (2002) p. 65-75).

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**; colaboradores José Augusto de Souza Peres. (Et al). – São Paulo: Atlas, 1999.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2008.

\_\_\_\_\_. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**: Entre semelhanças e diferenças. FCT-UNESP – presidente Prudeste/SP. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/223.pdf>>. Acessado em 10 de Novembro de 2016.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Imagens, memórias e significados múltiplos**: A paisagem urbana no bairro do Monte Castelo em São Luís- MA. 2006. 120f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís, 2006.

\_\_\_\_\_. O Conceito Geográfico de Bairro: algumas reflexões. **Território Geográfico Online**. 2009. São Paulo: Disponível em <<http://www.territoriogeograficoonline.com.br>>. Acesso em Março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Estratégias do capital na produção do espaço no espaço urbano de São Luis**: Sobre verticalização e desigualdades socioespaciais (200-2010). 2013. 111f. dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton [et al]. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014. (Coleção Milton Santos; 1).

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: 2 ed. Expressão Popular, 2010.

SILVA, Roberto Cleito Nascimento. **A influência da pecuária e do comércio para a formação do município de Grajaú-MA no século XIX**. 2015. 71f. Monografia (Licenciatura em Ciências Humanas – Geografia) – Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Grajaú-MA, 2015.

SILVA JUNIOR, Roberto França; TCHOLA, Rafaela. O processo recente de valorização do espaço urbano em Irati-Pr: o caso do bairro Alto da Glória. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 99-119, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades**: Teoria, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A: ROTEIRO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS REALIZADA NO CONJUNTO HABITACIONAL FREI ALBERTO BERETTA.**

**I-Dados Gerais do Entrevistado**

|  |
|--|
| Entrevista nº _____ 1.1 Data da entrevista: ___/___/___            |
| 1. Nome do entrevistado: _____                                     |
| 2. Endereço: _____   |
| 4. Local de nascimento: _____                                      |
| 5. Data de nascimento: ___/___/___ Estado: _____ Idade _____       |
| 6. Estado civil: ( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Outro _____ |
| 7. Escolaridade: _____   |
| 8. Profissão: _____  |
| 9. Trabalha: sim ( ) não ( ). De _____                             |

10. **Há quanto tempo você reside nesse conjunto habitacional?**

11. **Quantas pessoas morram em sua casa?**

12.  **você morra de aluguel ou casa própria?** ( ) morra de aluguel ( ) casa própria

13. **Se morra de aluguel qual o valor mensal? \_\_\_\_\_ você acha o valor do aluguel caro?** ( ) sim ( ) não. Por que?

14. **Qual a sua renda?** ( ) um salário ( ) menos de um salário ( ) mais de um ou dois salários ( ) outros: \_\_\_\_\_

15. **Possui algum tipo de transporte?** ( ) sim ( ) não. Qual ( ) carro ( ) moto ( ) bicicleta ( ) outros \_\_\_\_\_

16. **Você consegue suprir todas suas necessidades com os serviços disponíveis no bairro “comercio, saúde, escola, entre outros”?** ( ) sim ( ) não ( ) algumas

17. **Em sua rua é feita a coleta de lixo** ( ) sim ( ) não. **Quantas vezes na semana a coleta é realizada?** ( ) uma ( ) duas ( ) mais de duas ( ) nunca

18. **Qual o destino do esgoto produzido em sua casa?** ( ) à céu aberto ( ) rede de esgoto ( ) fossa séptica ( ) outros

19. **Você gosta de morar no conjunto habitacional?** ( ) sim ( ) não. Por que?

20. **Você considera o conjunto habitacional como violento?** ( ) sim ( ) não

21. **Você acha que as pessoas que morram nos conjuntos habitacionais sofrem algum tipo de preconceito?** ( ) sim ( ) não. Por que ?

22. **Você já sofreu algum tipo de preconceito por morar nesse conjunto habitacional?** ( ) sim ( ) não.



23. **Você gostaria de morar em outro lugar da cidade que não fosse o conjunto habitacional?** ( ) sim ( ) não ( ) nunca

---

18. **Você sabe o porquê do nome do Bairro, ser Extrema?**

( ) sim ( ) não

---

19. **Conhece alguém que sabe informar? Quem?**

( ) sim ( ) não

---

20. **Você já ouviu falar ou sabe como e quando surgiu o bairro extrema?**

( ) sim ( ) não

---

21. **Como você descreve a paisagem do Conjunto Habitacional a qual reside?**

---

**APÊNDICE B: ROTEIRO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS REALIZADA NO CONDOMÍNIO ROSA DOS VENTOS, BAIRRO EXTREMA.**

**I-Dados Gerais do Entrevistado**

|  |
|--|
| Entrevista nº _____ 1.1 Data da entrevista: ___/___/___            |
| 1. Nome do entrevistado: _____                                     |
| 2. Endereço: _____   |
| 4. Local de nascimento: _____                                      |
| 5. Data de nascimento: ___/___/___ Estado: _____ Idade _____       |
| 6. Estado civil: ( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Outro _____ |
| 7. Escolaridade: _____   |
| 8. Profissão: _____  |
| 9. Trabalha: sim ( ) não ( ). De _____                             |

**8. Há quanto tempo você reside no condomínio Rosas dos ventos?**

( ) mais de dois anos ( ) cinco anos ( ) mais de seis anos ( ) outros \_\_\_\_\_

**9. Você morra de aluguel ou casa própria?**

( ) aluguel ( ) casa própria

**10. Se morra de aluguel qual a mensalidade paga? R\$ \_\_\_\_\_ Você acha caro? ( ) sim ( ) não ( ) um pouco. Por que? \_\_\_\_\_**

**11. Qual a sua renda?**

( ) um salário ( ) menos de um salário ( ) mais de um ou dois salários ( ) outros

**12. A casa foi financiada por algum banco? Qual? ( ) sim ( ) não**

**13. Quantas casas constituem cada condomínio?**

( ) cinco ( ) dez ( ) mais de dez ( ) outros \_\_\_\_\_

**14. Todos os moradores têm direito e acesso a área de lazer do condomínio?**

( ) sim ( ) não \_\_\_\_\_

**15. Todas as casas do condomínio estão ocupadas?**

( ) sim ( ) não ( ) algumas

**16. Para a segurança dos moradores há a presença de seguranças no condomínio?**

( ) sim ( ) não \_\_\_\_\_

**17. O condomínio possui síndico? ( ) sim ( ) não Quem?**

**18. Porque você escolheu morar nesse bairro e no condomínio “Rosas dos Ventos”?**

**19. Você acha que morar em um condomínio fechado é mais seguro? Por que?**

( ) sim ( ) não \_\_\_\_\_

**20. Possui algum tipo de transporte?**

( ) sim ( ) não. Qual ( ) carro ( ) moto ( ) bicicleta ( ) outros

21. **Ou todas as suas atividades são realizadas no próprio bairro e dá para resolver a pé?** \_\_\_\_\_

22. **No bairro em que morra você consegue suprir suas necessidades com os serviços disponíveis? Ex: “comercio, escola, bancos” entre outros?**

sim  não  algumas

23. **Em sua rua é feita a coleta de lixo**  sim  não. **Quantas vezes na semana a coleta é realizada?**  uma  duas  mais de duas  nunca

24. **Qual o destino do esgoto produzido em sua casa?**  à céu aberto  rede de esgoto  fossa séptica  outros

25. **Você considera o bairro como violento? Por que?**

sim  não \_\_\_\_\_

26. **Em sua opinião quais os pontos positivos e negativos de morar em um condomínio?**

27. **Você sabe o porquê do nome do Bairro, ser Extrema?**

sim  não

28. **Você gosta de morar no bairro? Por que ?**

sim  não

29. **Como você descreve a paisagem do loteamento a qual reside?**

**APÊNDICE C: ROTEIRO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS REALIZADA EM ALGUMAS RUAS DA NOVA E VELHA EXTREMA.**

**I-Dados Gerais do Entrevistado**

**9. Há quanto tempo você reside no Bairro Extrema?**

|  |
|--|
| Entrevista nº _____ 1.1 Data da entrevista: ___/___/___            |
| 1. Nome do entrevistado: _____                                     |
| 2. Endereço: _____   |
| 4. Local de nascimento: _____                                      |
| 5. Data de nascimento: ___/___/___ Estado: _____ Idade _____       |
| 6. Estado civil: ( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Outro _____ |
| 7. Escolaridade: _____   |
| 8. Profissão: _____  |
| 9. Trabalha: sim ( ) não ( ). De _____                             |

( ) mais de dois anos ( ) cinco anos ( ) mais de seis anos ( ) outros \_\_\_\_\_

**10. Se há alguns anos, quais as principais mudanças que você nota no bairro de alguns anos passados em relação a atualidade ?**

**11. Você morra de aluguel ou casa própria?**

( ) aluguel ( ) casa própria

**Se morra de aluguel qual a mensalidade paga? R\$ \_\_\_\_\_ Você acha caro? ( ) sim ( ) não ( ) um pouco. Porque? \_\_\_\_\_**

**12. Qual a sua renda?**

( ) um salário ( ) menos de um salário ( ) mais de um ou dois salários ( ) outros

**13. Possui algum tipo de transporte?**

( ) sim ( ) não. Qual ( ) carro ( ) moto ( ) bicicleta ( ) outros

**Ou todas as suas atividades são realizadas no próprio bairro e dá para resolver a pé?**

**14. No bairro em que morra você consegue suprir suas necessidades com os serviços disponíveis? Ex: “comercio, escola, bancos” entre outros?**

( ) sim ( ) não ( ) algumas \_\_\_\_\_

**15. Por que você escolheu morar nesse bairro?**

**16. Em sua rua é feita a coleta de lixo ( ) sim ( ) não. Quantas vezes na semana a coleta é realizada? ( ) uma ( ) duas ( ) mais de duas ( ) nunca**

**17. Qual o destino do esgoto produzido em sua casa? ( ) à céu aberto ( ) rede de esgoto ( ) fossa séptica ( ) outros**

**Você considera o bairro como violento? Por que?**

( ) sim ( ) não \_\_\_\_\_

**18. Você sabe o porquê do nome do Bairro, ser Extrema?**

sim  não \_\_\_\_\_

**19. Conhece alguém que sabe informar? Quem?**

sim  não \_\_\_\_\_

**20. Você já ouviu falar ou sabe como e quando surgiu o bairro extrema?**

sim  não \_\_\_\_\_

**21. Você gosta de morar no bairro? Por que ?**

sim  não \_\_\_\_\_

**23. Como você descreve a paisagem do bairro a qual reside?**

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE D: ROTEIRO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS REALIZADAS NO LOTEAMENTO FREI ALBERTO BERETTA.**

**I-Dados Gerais do Entrevistado**

|  |
|--|
| 1. Entrevista nº _____ 1.1 Data da entrevista: ___/___/___           |
| 2. Nome do entrevistado: _____<br>2. Endereço do entrevistado: _____ |
| 3. Local de nascimento: _____  |
| 4. Data de nascimento: ___/___/___ Estado: _____ Idade _____         |
| 5. Estado civil: ( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Outro _____   |
| 6. Escolaridade: _____   |
| 7. Profissão: _____  |
| 8. Trabalho: _____   |

**9. Há quanto tempo você reside no loteamento?**

( ) mais de dois anos ( ) cinco anos ( ) mais de seis anos ( ) outros \_\_\_\_\_

**10. Se há alguns anos, quais as principais mudanças que você nota no bairro de alguns anos passados em relação a atualidade ?**

\_\_\_\_\_

**11. Você morra de aluguel ou casa própria?**

( ) aluguel ( ) casa própria

**Se morra de aluguel qual a mensalidade paga? R\$ \_\_\_\_\_ Você acha caro? ( ) sim ( ) não ( ) um pouco. Por que? \_\_\_\_\_**

**Quantas pessoas moram na casa? \_\_\_\_\_**

**12. Qual a sua renda?**

( ) um salário ( ) menos de um salário ( ) mais de um ou dois salários ( ) outros

**13. Possui algum tipo de transporte?**

( ) sim ( ) não. Qual ( ) carro ( ) moto ( ) bicicleta ( ) outros

**14. No bairro em que morra você consegue suprir suas necessidades com os serviços disponíveis? Ex: “comercio, escola, bancos” entre outros?**

( ) sim ( ) não ( ) algumas

\_\_\_\_\_

**15. Por que você escolheu morar nesse bairro/ loteamento?**

\_\_\_\_\_

**16. Em sua rua é feita a coleta de lixo ( ) sim ( ) não. Quantas vezes na semana a coleta é realizada? ( ) uma ( ) duas ( ) mais de duas ( ) nunca**

**17. Qual o destino do esgoto produzido em sua casa? ( ) à céu aberto ( ) rede de esgoto ( ) fossa séptica ( ) outros**

**Você considera o bairro como violento? Por que?**

sim  não \_\_\_\_\_

**Você acha que o loteamento é bem planejado para oferecer uma boa qualidade de vida aos moradores?** \_\_\_\_\_

**18. Você sabe o porquê do nome do Bairro, ser Extrema?**

sim  não \_\_\_\_\_

**19. Conhece alguém que sabe informar? Quem?**

sim  não \_\_\_\_\_

**20. Você já ouviu falar ou sabe como e quando surgiu o bairro extrema?**

sim  não

\_\_\_\_\_  
**21. Você gosta de morar no bairro? Por que ?**

sim  não

\_\_\_\_\_  
**23. Como você descreve a paisagem do bairro a qual reside?**

\_\_\_\_\_